

Diário do Legislativo de 25/04/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líder: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Miguel Martini

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Kemil Kumaira

3) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Cristiano Canêdo

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Bené Guedes

6) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Cabo Morais

Vice-Líder: Pastor George

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Pedro Pinduca

8) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Márcio Kangussu

Vice-Líder: Luiz Menezes

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Elaine Matozinhos

Vice-Líder: Sargento Rodrigues

10) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

11) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

Vice-Líder: Rogério Correia

12) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira (PPB) e Agostinho Silveira (PL)

13) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

14) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: João Leite (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo Brandão PMDB Presidente

Deputado Hely Tarquínio PSDB Vice-Presidente

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Sargento Rodrigues PSB

Deputado Antônio Genaro PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas PMDB Presidente
Rodrigues

Deputado Ailton PSDB Vice-Presidente
Vilela

Deputado Alberto PFL
Bejani

Deputado Ambrósio PTB
Pinto

Deputado Pedro PPB
Pinduca

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Leite PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo Rezende PMDB Presidente

Deputado Agostinho Silveira PL Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu PMDB
Leite

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Agostinho PSDB
Patrús

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria José PT Presidente
Hauelsen

Deputado João Paulo PSD Vice-Presidente

Deputado Anderson PMDB
Adauro

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Bené Guedes PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Antônio PMDB
Andrade

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Edson PSB Presidente
Rezende

Deputado Durval PT Vice-Presidente
Ângelo

Deputado Luiz Tadeu PMDB
Leite

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Bené Guedes PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos PSDB Vice-Presidente
Andrada

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro PSD
Silva

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro Lobo	PSDB	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Adauto	Anderson PMDB	
Deputado Rêmolô Aloise	PFL	
Deputado Dilzon Melo	PTB	
Deputado Faria	Luiz Fernando PPB	
Deputado Rogério Correia	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Kemil Kumaira	PSDB	
Deputado Eduardo Brandão	PMDB	
Deputado Antônio Andrade	PMDB	
Deputado Vieira	Sebastião Navarro PFL	
Deputado João Pinto Ribeiro	PTB	
Deputado Gil Pereira	PPB	
Deputado Durval Ângelo	PT	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José Milton	PL	Presidente
Deputado Fábio Avelar	PPS	Vice-Presidente
Deputado Andrade	Antônio PMDB	
Deputado Miguel Martini	PSDB	
Deputado Haueisen	Maria José PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George	PL	
------------------------	----	--

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Anderson PMDB
Adauto

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Rogério PT
Correia,

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Batista de PDT Presidente
Oliveira

Deputado Chico Rafael PSB Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB Vice-Presidente

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Djalma Diniz PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pedro Pinduca PPB

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco Régis PPS Presidente

Deputado José Braga PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Elaine Matozinhos PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro PSD Presidente
Silva

Deputado Bené Guedes PDT Vice-Presidente

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado João Leite PSDB

Deputado Luiz Menezes PPS

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Maria Olívia PSDB

Deputado Márcio Kangussu PPS

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen PTB Presidente
Santiago

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Ermano PSDB
Batista

Deputado Dinis Pinheiro PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Rêmolô Aloise PFL

Deputado Geraldo PMDB
Rezende

Deputado Amilcar PSDB
Martins

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria Olívia PSDB Presidente

Deputado Gil Pereira PPB Vice-Presidente

Deputado Márcio PMDB
Cunha

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Pastor PL
George

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Luiz Fernando PPB
Faria

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Dinis Pinheiro PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 129ª Reunião Especial

1.2 - 147ª Reunião Extraordinária

1.3 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 129ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 23/4/2001

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Palavras do Deputado João Leite - Palavras do Deputado Miguel Martini - Palavras do Deputado Federal Aécio Neves - Entrega de placa - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Djalma Diniz - Eduardo Brandão - Ermano Batista - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - João Paulo - José Henrique - Kemil Kumaira - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Ailton Vilela, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Manoel da Silva Costa Júnior, Secretário de Turismo, representando o Governador do Estado, Sr. Itamar Franco; Deputado Federal Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados; Desembargador Murilo José Pereira, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Sérgio Lélis Santiago; Eduardo Azeredo e João Marques, ex-Governadores do Estado; Senador José Alencar; Deputado Dalmo Ribeiro Silva, representando o Líder da Maioria nesta Casa, Deputado Luiz Tadeu Leite, e Deputado João Leite, Líder da Minoria nesta Casa.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, dos Deputados Federais Danilo de Castro, Eduardo Barbosa, Hélio Costa, João Magalhães, José Elias Murad, Mário Assad Júnior, Odélmo Leão, Osmânio Pereira, Romeu Queiroz e Ronaldo Vasconcelos.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Deputado Federal Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Banda do Corpo de Bombeiros.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

A oposição que fazemos a determinadas políticas adotadas pelo Palácio do Planalto - as quais entendemos ser lesivas aos interesses do Estado e do País - poderia parecer de motivação político-partidária. Mas não é assim: ao protestar contra aquilo que prejudica o nosso povo, nós o fazemos como cidadão e parlamentar consciente de seus deveres, tanto é que compartilham de nossa posição muitos dos setores da sociedade.

Na Sexta-Feira da Paixão, por exemplo, em sua mensagem aos fiéis, o Cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo reprovou o Executivo Federal, por ter deixado Minas fora do Programa Brasil Legal. Sua Eminência, do alto de sua imparcialidade, referia-se ao projeto amparado por verba de R\$700.000.000,00, destinada à urbanização das favelas. Só que os recursos haviam sido direcionados exclusivamente para o Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Belo Horizonte, com um dos mais altos índices de favelização do País, não mereceu ser incluída no programa. Sabemos que, agora, em vista da reação dos mineiros, inclusive graças à interferência de V. Exa., cogita-se de incluir-nos na iniciativa. No entanto, fica do episódio a certeza: devemos lutar pelos direitos que deveriam ser reconhecidos como nossos, sem luta.

Fazemos essa observação exatamente ao iniciar nossa mensagem a V. Exa. para lhe demonstrar que a isenção e a sinceridade serão a tônica de nossas palavras. Vamos manifestar-lhe nossa homenagem calorosa e grande satisfação por vê-lo ocupar a Presidência da Câmara dos Deputados. A autenticidade da crítica às políticas públicas é a mesma da homenagem que prestamos à sua pessoa.

Esta reunião se originou de consenso do Colégio de Líderes desta Casa. Ao fazê-lo, levamos em conta vários fatores. Em primeiro lugar, V. Exa. representa o que temos de melhor em matéria de tradição na causa pública. Seu avô, o sempre saudoso Presidente Tancredo Neves, dedicou longa e frutuosa existência a serviço do Brasil. O destino não permitiu que assumisse a suprema magistratura da Nação, mas é auspicioso que tenha deixado, por meio de V. Exa., um herdeiro político à sua altura.

Dezesseis anos são passados desde que o Presidente Tancredo Neves nos deixou. Nesse período, V. Exa. vem-se firmando como um dos maiores líderes da nova geração de homens públicos brasileiros e chega - tão jovem ainda - à Presidência da Câmara Federal. É um posto cuja importância na vida da Nação dispensa comentários e do qual o Estado de Minas Gerais viu-se afastado por longos anos.

O entusiasmo da juventude e as raízes familiares não bastariam para compor sua admirável personalidade. Suas muitas outras credenciais se confirmaram durante o processo sucessório na Câmara: o senso de liderança e a firmeza se aliaram à flexibilidade e ao bom senso para conduzi-lo à vitória.

V. Exa., Deputado Aécio Neves, tem pela frente uma missão espinhosa: inverter a pirâmide da sociedade brasileira na Câmara Alta, aumentando a representação da maioria do povo e equilibrando a predominância das elites; consolidar a autonomia e independência do Poder, afastando as interferências externas; fortalecer a função fiscalizadora do Legislativo. Eis alguns dos componentes dessa missão, em sentido amplo. Especificamente, esperam-no temas como a limitação das medidas provisórias, a questão da fidelidade partidária, a democratização do Orçamento da União e o programa de privatização das estatais.

Sobre essa última matéria, aliás, conhecemos sua posição com respeito a Furnas e a consideramos muito equilibrada. Sabemos que é contrário à privatização do complexo ainda neste Governo, por entender que a crise de energia indica a necessidade de aumentar as fontes geradoras, e não de vender os ativos. Ora, quando se nota que Furnas não investe na expansão desde 1999 - quando começaram as marchas e contramarchas da privatização -, seu ponto de vista é um indicio promissor de que as coisas podem mudar. Afinal, opor-se ao Governo quando se é membro da oposição, é cômodo, mas divergir quando se integra o partido governista no Congresso - como é o seu caso - é prova de coragem e de compromisso com o povo.

Temos em mãos o programa a que V. Exa. se propôs na Presidência da Câmara Federal. Enfatizando, entre outros aspectos, as relações do parlamento com a sociedade, o aperfeiçoamento do processo legislativo e o aprimoramento das condições de exercício do mandato, sua agenda nos tranquiliza, porque reflete lucidez e maturidade.

Entretanto, mais tranquilos nos sentimos porque Minas - estando tão bem representada na chefia da Câmara Alta - está onde sempre deveria estar: no centro das decisões da vida brasileira e fiel à tradição de guardião da nacionalidade. Nesse sentido, é significativo que a homenagem que lhe faz a Assembléia Legislativa se realize nesta data. Afinal, estamos comemorando a Semana da Inconfidência, o movimento cívico que sintetiza, para todo o sempre, nosso ideal de liberdade e de justiça.

Receba, Presidente Aécio Neves, a saudação afetuosa e a homenagem sincera que a Assembléia Legislativa vem lhe prestar, em nome do povo mineiro. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Exmos. Srs. Deputado Antônio Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa; Manoel da Silva Costa Júnior; Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados, nosso homenageado; Desembargador Murilo José Pereira; Drs. Eduardo Azeredo e João Marques; Senador José Alencar; Deputado João Leite, Líder da Minoria nesta Casa; Deputados Federais, Estaduais, Prefeitos, Vereadores, autoridades civis, militares, convidados, meus senhores e minhas senhoras, recebi, há poucos minutos, o honroso telefonema do Líder da Maioria Deputado Luiz Tadeu Leite, para que, neste momento solene, na Casa do povo de Minas Gerais, saudasse nosso líder maior, Deputado Aécio Neves.

Confesso-lhes que, quando recebi essa honrosa incumbência, aceitei-a, talvez, como desafio. Naquele momento, entendi ser necessário subir até o gabinete para não quebrar o protocolo desta sessão solene e festiva, para trazer em rápidas pinceladas as homenagens devidas.

Peço licença aos caríssimos Presidentes Aécio Neves e Antônio Júlio e aos demais para não falar da letra fria, preparada em alguns momentos, mas falar do coração, porque é do coração que o mineiro fala para seu coestaduano. V. Exa., sem dúvida, é hoje estrela de primeira grandeza no cenário nacional.

Sei de minha tarefa e responsabilidade, mas tenho certeza absoluta de que trago, neste momento, nossa satisfação em tê-lo neste chão sagrado, onde defendemos os interesses de nossa gente. V. Exa. retorna à Casa do povo mineiro que hoje preside na mais alta investidura e dignidade, representando todo o Brasil.

Quero, neste momento, caríssimo Deputado Aécio Neves, externar essas homenagens a V. Exa., que tem sido, acima de tudo, o paladino da dignidade, do decoro e da ética e tão bem tem representado Minas Gerais, como berço de homens ilustres e dignos, fazendo com que, nas instituições caras para o povo brasileiro, como a Câmara Federal, tenhamos uma representatividade significativa, por sua postura e dever para com o cidadão.

Com essa alegria e com o coração feliz de tê-lo na Casa de Minas Gerais, de seu querido pai e de seu avô, caríssimo homenageado, o povo mineiro recebe V. Exa. As Minas Gerais são muitas e, sobretudo, têm sido o testemunho de homens corretos, dignos e exemplares no cumprimento do dever. V. Exa., em sua trajetória rumo à Presidência da Câmara, pautou quatro metas necessárias para a segurança nos destinos do povo do Brasil.

V. Exa. manifestou a preocupação da relação do Legislativo com a sociedade e tem dado um testemunho ímpar de que a sociedade, nesse processo interativo e participativo, tem ouvido e buscado as discussões que V. Exa. tem tão bem conduzido. Nas suas mãos, com seu coração e sua inteligência, Minas Gerais está mais robusta, porque temos certeza de que, não apenas na grandeza de seu coração, mas na sua dignidade, na sua honradez e seguindo o exemplo de Tancredo Neves, de seu pai e de sua família, V. Exa. tem dado um testemunho ao Estado e ao País, com sua maneira de legislar e defender os destinos do povo.

Minas Gerais, com seus amigos e todos nós, caríssimo Presidente, recebe-o festivamente, com faixas, nesta noite, para que V. Exa. tenha certeza de que este Estado tem a grata satisfação de ser o seu berço, com as tradições que lhe são mais caras e peculiares. Acima de tudo, Minas Gerais sente-se orgulhosa por ter um homem de escol, do quilate e da honorabilidade de V. Exa., que, com dignidade, norteia os caminhos dos brasileiros.

Receba, caríssimo homenageado, em nome dos parlamentares desta Casa, as nossas homenagens. Neste momento de turbulência da Nação, pedimos a Deus que V. Exa. - sempre por Ele abençoado e abençoado também por seu avô, exemplo e reserva moral do Brasil e de Minas Gerais - possa nos dar e resgatar dignidade, tranquilidade e honorabilidade.

São essas as nossas considerações. Peço vênia por não trazê-las por escrito, mas falo de coração para coração, para que V. Exa. leve para Brasília, para seu gabinete, a lembrança de que Minas Gerais tem orgulho de tê-lo como seu filho, porque V. Exa. é e será, sem dúvida, a grande esperança dos mineiros.

Palavras do Deputado João Leite

Senhoras e senhores, esta homenagem a Aécio Neves que propusemos e que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais acatou com entusiasmo é o reconhecimento dos mineiros à competência do seu conterrâneo ilustre, que assume a Presidência da Câmara Federal em um momento especialmente difícil da vida política da Nação.

Minas Gerais volta a influenciar de maneira decisiva a vida do País. Isso é bom para o Brasil e é uma responsabilidade para os mineiros. Aécio Neves passa a ser Minas Gerais, com a sua tradição, com a sua sabedoria e com a sua capacidade de conciliar.

A ascensão de Aécio Neves à segunda posição na hierarquia da sucessão presidencial é melhor de que a recuperação não é somente necessária, mas também possível.

A biografia do jovem Presidente, o fato de descender de dois sólidos troncos da melhor estirpe política de Minas Gerais e a firmeza do seu caráter garantem que trilharemos novos caminhos e que enfrentaremos as dificuldades sem derrapar na demagogia e na mentira.

O Brasil e os brasileiros só esperam que prevaleça a verdade, que se recupere a decência, que a corrupção seja derrotada e que se construa a justiça.

Os desafios são muitos e urgentes. Não há a possibilidade de enfrentá-los a não ser com a união da maioria dos brasileiros. Para que haja união, precisamos de lideranças fortes e verdadeiras.

À Câmara Federal compete ser mais do que a caixa de ressonância da Nação. A hipertrofia do Poder Executivo - como dizia Tancredo Neves - não pode matar a criatividade, a capacidade de organizar-se, muito menos a inalienável liberdade do povo de construir o seu destino.

Aécio Neves simboliza para nós, brasileiros e mineiros, uma renovação, uma esperança e uma certeza de que existem políticos sérios e arrojados.

Aécio Neves é a prova concreta de que é possível exercer a política de acordo com a sua definição mais pura: a arte de bem servir ao povo e a busca do bem comum.

A presença nesta Casa, nesta noite, de Deputados dos partidos que compõem a Minoria, que é a Oposição, e a Maioria é a demonstração da sua liderança e do respeito que todos têm por V. Exa.

Peço a Deus que o ilumine. Neste momento delicado da vida da Nação, como companheiro de partido, como companheiro do mesmo time, gostaria, como contribuição, de lembrar a reflexão do apóstolo Paulo, que, em um momento delicado de sua vida, disse: "Desembaraçando-me das coisas que para trás ficam, prossigo para o alvo". Gostaria, ainda, de dizer que o seu alvo é o sonho de todos nós, brasileiros: uma Nação que seja para todos.

Em nome dos parlamentares que compõem a Oposição nesta Casa, desejamos-lhe vitória. A vitória de V. Exa. é a vitória do povo brasileiro, tenho a certeza. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Miguel Martini

Exmos. Srs. Deputado Antônio Júlio, Presidente desta Casa; Dr. Manoel da Silva Costa Júnior; Deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados, nosso homenageado; Desembargador Murilo José Pereira; Dr. Eduardo Azeredo; ex-Governador João Marques; Senador José de Alencar; Deputado Dalmo Ribeiro Silva; Deputado João Leite, companheiro, Líder da Minoria nesta Casa; Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores, autoridades civis e militares, senhoras e senhores, coube a mim, na qualidade de Líder do PSDB, companheiro de partido que tem também a honra de ser amigo do Deputado Aécio Neves, dizer algumas palavras ao homenageado. Filho do ex-Deputado Aécio Cunha e neto de Tristão da Cunha e do ex-Presidente da República Tancredo Neves, Aécio Neves, eleito Deputado Federal pela primeira vez em 1987, cumpre seu quarto mandato consecutivo na Câmara Federal pelo Estado de Minas Gerais, tendo obtido 185 mil votos na última eleição.

Foi constituinte ao lado de líderes como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Mário Covas e Franco Montoro, destacando-se como um dos nomes mais importantes de Minas no plano federal.

O Deputado Aécio Neves, formado em economia pela PUC de Belo Horizonte, foi eleito para a liderança do PSDB na Câmara Federal em 1997 e nos anos seguintes, sempre reconduzido por aclamação.

No início deste ano, precisamente no dia 15 de fevereiro, o líder tucano registrou o PSDB na Mesa da Câmara como a maior bancada da Casa, com 103 Deputados. Dias antes, formalizara bloco com o PTB, totalizando 127 Deputados.

Foi o passo necessário para que o partido ocupasse as Presidências das principais comissões permanentes, como a de orçamento e a de Constituição e Justiça. Também as relatorias das mais importantes comissões especiais. Mais que isso, a ação parlamentar legítima empreendida por Aécio Neves credenciou o PSDB a pleitear a Presidência da Câmara, com base no Regimento Interno e na tradição da Casa, que asseguraram ao partido, através do bloco majoritário, o direito de indicar o presidente.

A candidatura do líder tucano foi lançada oficialmente em 14/11/2001, com apoio das bancadas na Câmara e no Senado. O ato de lançamento ficou restrito ao universo do Legislativo, para marcar a visão que Aécio e o PSDB têm de que a disputa pela Presidência da Câmara é assunto estritamente parlamentar, simbolizando, pelo próprio processo de escolha, a autonomia e independência da Casa, excluindo dessa forma a interferência do Poder Executivo e inaugurando nova fase de participação popular na Câmara.

Disposto a iniciar na Câmara um novo tempo, com a recuperação como foro de debate das grandes questões nacionais, a candidatura de Aécio Neves sustentou-se em um programa audacioso, pelo qual a sociedade ganhará, de fato, voz no parlamento.

A eleição de Aécio Neves, com 283 votos da maioria dos partidos, carregando a marca da independência do Poder Legislativo e da repulsa a qualquer tipo de interferência externa, representou o começo de uma nova história.

Ao assumir a Presidência declarou que será o maior e o mais intransigente defensor da instituição. Ressaltou que o Congresso é o grande e fundamental instrumento da democracia no Brasil e assumiu o compromisso de colocar em votação o projeto que restringe o uso de medidas provisórias, "não como um ato de virulência ou de oposição ao Governo, mas como gesto claro de resgate daquilo que é a essência da nossa atividade parlamentar, que é o dever da iniciativa para legislar.

Eis o perfil do Deputado Aécio Neves, recentemente conduzido ao elevado cargo de Presidente da Câmara Federal, a quem nos orgulhamos de receber, hoje, nesta Casa do Poder Legislativo, para render-lhe a merecida homenagem que queremos tributar-lhe, reconhecendo que através de tão elevada função o povo mineiro está de parabéns, pois um filho seu conduz o Poder Legislativo Federal, velando pela transformação do Brasil inteiro.

A sua já longa trajetória política está marcada pela sua dedicação ao trabalho; pela sua capacidade de articulação política com todas as forças democráticas, atento sempre aos altos interesses nacionais; pela sua preocupação constante com os interesses do nosso Estado; pela sua disposição permanente para o diálogo; pela sua elevada sensibilidade social; pela sua coerência com os valores morais herdados de seus notáveis ascendentes Tristão da Cunha, Tancredo Neves e Aécio Cunha; pela sua irredutível defesa da autonomia e independência do Poder Legislativo; pela sua profunda vocação democrática; enfim, por seguir o exemplo de tão notáveis paradigmas da política nacional, como André Franco Montoro, Ulysses Guimarães, Mário Covas e outros, que entenderam a política como verdadeira vocação de serviço ao bem comum e irredutível defesa da democracia como o único sistema que respeita a liberdade e a dignidade da pessoa humana.

Como prova do que estamos afirmando, em apenas dois meses de exercício da Presidência da Câmara Federal, o Deputado Aécio Neves já pode comemorar conosco e com o povo brasileiro a aprovação dos seguintes projetos, muito importantes para a sociedade: o que regula as transfusões de sangue e proíbe o comércio de seus derivados; o que obriga todos os planos e seguros de saúde a realizar cirurgia reparadora de mama em mulheres mutiladas pelo câncer; o que define o assédio sexual como crime; a nova Lei de Sociedades Anônimas - que moderniza o mercado de ações e protege os acionistas minoritários; o projeto que reorganiza a política de assistência aos pacientes psiquiátricos. Este, de autoria do Deputado Paulo Delgado, do PT-MG, humaniza o tratamento dos doentes e tramitava há 11 anos no Congresso Nacional.

Foi criada, ainda, a Ouvidoria da Câmara, um novo serviço, através do qual a população poderá contribuir com o trabalho parlamentar.

O Presidente da Câmara pretende colocar em votação, ainda, além da proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias, a que promoverá a revisão do atual sistema de imunidade parlamentar. Com essas iniciativas, o Deputado reafirma o seu compromisso no sentido de resgatar a dignidade da atuação parlamentar.

Colegas parlamentares desta Assembléia, honra-nos muito termos um mineiro tão qualificado, cumprindo tão elevada função pública na Câmara Federal. Sem dúvida alguma, este é mais um fato que evidencia a elevada tradição política de Minas Gerais, que sempre esteve presente em todas as lutas destinadas a construir uma grande nação, oferecendo ao Brasil grandes e notáveis líderes.

Desta vez, é chegada a hora do nosso querido companheiro e amigo Deputado Aécio Neves. Eleito pela vontade da maioria dos Deputados Federais, sintetiza a presença vigorosa de Minas Gerais no cenário político nacional, direcionando, através de sua ação, a construção de um novo Brasil. Por isso desejamos-lhe muito êxito, muito sucesso.

Temos a certeza de que lhe aguardam outras e maiores responsabilidades, seja em nível estadual ou nacional. Certamente o veremos investido com a autoridade necessária para conduzir Minas Gerais e o Brasil ao destino que merecem, pelos caminhos da justiça social, marcados pela busca do bem comum, pela convivência fraterna e democrática, pela solidariedade e pela felicidade de todos os seus filhos. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Federal Aécio Neves

Exmo. Presidente da Assembléia Legislativa, caríssimo amigo, Deputado Antônio Júlio; caríssimo companheiro de outras jornadas, Deputado, hoje Secretário, Manoel Costa Júnior; Sr. Desembargador Murilo José Pereira, cuja presença muito nos honra; caríssimo companheiro, eterno amigo, ex-Governador do Estado de Minas Gerais, Eduardo Azeredo; caríssimo ex-Governador João Marques; digno e extremamente digno representante de Minas no Senado da República, Senador José Alencar; caríssimo Deputado Dalmo Ribeiro Silva, aqui falando em nome da Maioria, certamente me permitiu viver importantes momentos dessa minha curta trajetória política; caríssimo companheiro já de tantas jornadas, cujo depoimento em nome de seus pares certamente estará registrado como um dos pontos altos deste momento, meu companheiro, Líder Deputado João Leite; caríssimo companheiro Líder do PPB na Câmara Federal, Deputado Adelmo Carneiro Leão, cuja presença na Câmara dos Deputados tem sido absolutamente decisiva nos avanços institucionais que aquela Casa tem conquistado e nos avanços sociais que a cada dia ocorrem neste País; caríssimo Deputado e companheiro Danilo de Castro, Presidente do meu partido, o PSDB, no Estado de Minas Gerais; caríssimo companheiro Deputado Eduardo Barbosa, caríssimo Deputado Hélio Costa, caríssimo Deputado João Magalhães, companheiro Deputado José Elias Murad, companheiro Deputado Mário Assad Júnior, companheiro Deputado Federal Osmânio Pereira, companheiro e amigo Deputado Federal Romeu Queiroz, companheiro Deputado Ronaldo Vasconcelos, caríssimo Deputado Miguel Martini, Líder do meu partido nesta Casa, que, desta tribuna, externando o sentimento dos seus pares, certamente me traz um momento de extrema emoção; Srs. e Sras. Deputados Estaduais, quantos vejo aqui dos mais variados partidos, o que dá a esta cerimônia, certamente, para mim, um caráter de absoluta grandeza; Srs. Prefeitos de várias regiões do Estado, Srs. Vereadores, autoridades civis, autoridades militares, meus amigos e familiares que vieram participar deste ato, senhoras e senhores, há quase oitenta anos, sob a pressão de crise política na Capital da República, Bueno Brandão dizia que "preferia cair com Minas a cair em Minas". Tancredo Neves, meu avô, sempre lembrava a história de um Senador mineiro que se somara a São Paulo, em 1930, e coordenara a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República, contrariando, naquele tempo, os nossos interesses e o nosso direito. "Não deram seu nome nem a um beco de bairro, porque os mineiros não esquecem".

Disseram-me, recentemente, que foi conferido o nome do Senador Viana do Castelo - por sinal, um mineiro ilustre, que só cometera aquele pecado político - a uma avenida de Contagem. Caro Presidente Antônio Júlio, isso significa que os mineiros sabem, também, perdoar - mas só 70 anos depois.

Em Minas Gerais temos facções, partidos aguerridos, pendengas que duram tanto quanto as capistranas de nossas velhas cidades. Mas, quando nos confrontamos com ameaças aos nossos direitos e à nossa honra, sempre sabemos nos unir. E, quando algum de nós viola esse compromisso sagrado com o povo, paga seu pecado histórico. Srs. parlamentares, cada

tempo tem os seus tiradentes, e cada tempo sofre com os seus silvírios. Em cada tempo, a Pátria reconhece os seus heróis e mártires e, em cada tempo, se constringe com a lembrança dos traidores.

Senhoras e senhores, ao receber esta que, certamente, é uma das maiores homenagens que qualquer servidor público - e o parlamentar nada mais é do que isso - poderia receber, ao recebê-la exatamente na Assembléia Legislativa de Minas, por onde passaram dignamente meu pai e meus avós, quero falar do meu imenso respeito pela instituição parlamentar. Nos parlamentos, há um duplo mistério: a coletividade se resume aos representantes que elege para expressar e fazer valer a sua vontade política, ao mesmo tempo em que os parlamentares, em sua individualidade, multiplicam o seu espírito e a sua razão, para ser aquela parcela ponderável da sociedade de que são delegados. Se examinamos a história, nunca, em nenhum tempo e lugar, encontraremos um governo tão absolutista que não se tenha valido de parlamentos ou simulacros de parlamento. Mesmo que escolham os tiranos a dedo, para servir de justificativa para os seus atos, os parlamentos são necessários. E, quando se fala em democracia, fala-se em parlamentos. Reunidos na praça pública, nos comícios e nos protestos, os cidadãos estão em parlamento. Escolhidos pelo processo eleitoral, os parlamentares são, apenas, cidadãos comuns que, por um tempo determinado e enquanto durar a confiança dos que os indicam, exercem a liderança de suas comunidades, elaboram as leis, controlam o Poder Executivo, defendem e asseguram a soberania do povo.

Minas, como sabemos, nasceu, como entidade política, da vontade, da luta, da resistência de seus homens e mulheres. Os mineiros - costume dizer - não nasceram mineiros; tornaram-se mineiros por um ato corajoso de vontade, na Rebelião dos Emboabas. Foi ali, a algumas dezenas de quilômetros de onde nos encontramos, nas encostas da altaneira serra da Piedade, que Manuel Nunes Viana e seus seguidores formaram o primeiro governo autônomo da América, expulsando os que se julgavam donos da terra e estabelecendo o princípio de que não basta a descoberta para o domínio de um território. É necessária a sua ocupação, com trabalho e amor. O governo dos Emboabas não foi, somente, o primeiro governo autônomo das Américas, foi também o primeiro governo eleito.

Foram essas razões históricas que levaram, sem dúvida alguma, o meu avô Tancredo Neves a dizer que o primeiro compromisso de nossa gente é com a liberdade. Fez isso quando assumiu - e os senhores se lembram disso - o Governo de Minas, o mais honroso cargo de toda a sua trajetória política. Não quis a História que estas montanhas fossem capitania hereditária, tivessem donatários; não podem admitir os mineiros que elas sejam, em qualquer tempo, feudo de quem quer que seja.

Senhoras e senhores, este pronunciamento seria vazio se nele não pudesse examinar algumas questões do momento político. O Congresso passa por uma fase difícil e grave, com as suspeitas que recaem sobre o Senado da República. Não quero, nem posso, atrever-me a juízos de valor. Esse é um dos momentos em que o Presidente da Câmara dos Deputados recorre à sua identidade maior, a de cidadão brasileiro, porque - e esse é outro dos mistérios da representação parlamentar - o cidadão é superior ao Deputado, porque, ao cidadão, assiste o poder de fazer o Deputado, e o Deputado jamais fará o cidadão. Como cidadão, sou soberano; como Deputado, sou mandatário da soberania do povo. Ao cidadão, é conferido o direito sagrado de compor os parlamentos e eleger os Chefes dos Poderes Executivos. E é com esse título maior, o de cidadão e eleitor, que espero o completo esclarecimento dos fatos e a punição dos responsáveis, quando essa responsabilidade for definitivamente aferida.

Dois outros temas, pela atualidade e importância, merecem referência neste momento. O primeiro diz respeito ao processo de privatização do setor energético brasileiro, incluindo o destino de Furnas. Tenho sido, como sabem, já há alguns anos, um crítico dentro do governo da concepção inicial de um modelo que priorizou a questão fiscal e cambial, em detrimento da expansão do parque de geração e do complexo de transmissão brasileiros.

Em relação a FURNAS, desde o início dessa discussão, há seis anos, conseguimos evoluir de uma proposta de venda de blocos de controle, sem nenhuma garantia de novos investimentos em expansão, para a criação de uma empresa pública por meio da venda pulverizada de ações em bolsa.

Mesmo constatando esses avanços, continuo compreendendo, e tenho, de forma leal e clara, dito isso ao próprio Presidente Fernando Henrique, que, também, está atento a esta questão, que tema de tamanha relevância e de decisivas consequências para o futuro da economia brasileira não deve ser tratado de forma açodada, sobretudo em um quadro de demanda crescente por energia e oferta declinante, situação agravada pelas escassas chuvas do último verão, que criaram perspectivas reais de racionamento a partir dos próximos meses.

Nutro, portanto, Sr. Presidente, a expectativa de que essa questão seja resolvida sem implicações de ordem doutrinária ou explorações eleitorais, mas objetivando claramente a viabilização de novos investimentos em um setor absolutamente essencial para o crescimento da nossa economia, e quanto a isto é inquestionável o papel estratégico de Furnas na alavancagem de novos projetos.

Mantereí minha posição dentro dos limites constitucionais, uma vez que a Presidência da Câmara dos Deputados, em obediência a sua amplitude política, deve manter, tanto quanto possível, a sua postura pluralista. O Presidente de uma casa parlamentar - e disso sabe plenamente o Deputado Antônio Júlio, Presidente desta Casa - despe as suas vestes partidárias quando ocupa aquela Mesa para tornar-se o servidor de todas.

Esse é outro mistério fascinante de nossa instituição política.

Falo, portanto, como cidadão, e cidadão de Minas, protegido por essa aura de liberdade que emana de seus penedos e guiado pela responsabilidade de quem faz vida pública sem perder o horizonte da autonomia política de nosso País e do bem-estar de nossa gente.

Uma segunda questão, esta de âmbito mais geral, deve desde já ocupar nossas reflexões. Falo da criação da ALCA, a Área de Livre Comércio das Américas, e suas gigantescas implicações no futuro da nossa economia. Nesse último final de semana, os Chefes de Estado de 34 países assinaram, em Quebec, no Canadá, um documento em que se comprometem a formalizar a criação da ALCA a partir de 2005. Os termos desses acordos precisarão ser discutidos e aprovados pelos parlamentos de cada um desses países até dezembro daquele ano.

Por isso mesmo, e em razão da profundidade dos reflexos dessas medidas em nossa economia, promoverei, no âmbito da Câmara dos Deputados, um grande seminário internacional, para discutirmos essa questão sob a ótica do interesse nacional, mas desde já alguns pontos me parecem extremamente relevantes, e sobre eles tomo a liberdade de rapidamente discorrer: Em primeiro lugar, o prazo para a implementação deve ser adequado à adaptação de nosso parque produtivo, de forma a minimizar as perdas induzidas pelo adensamento da concorrência oriunda de outras economias mais capitalizadas e tecnologicamente mais avançadas.

Em segundo, devemos apoiar medidas cujos impactos sejam complementares à nossa economia, como a supressão das barreiras não-tarifárias, que tanto afetam, entre outros, a siderurgia e os setores de bebida, fumo e açúcar - bem como a delicada questão dos subsídios agrícolas.

Em terceiro, estabelecer critérios para as soluções de controvérsias que não impliquem a submissão de soberanias.

Em quarto, sustentar a negociação em bloco, mediante o endosso aos entendimentos com o MERCOSUL.

Em quinto, fazer valer a tese do empreendimento único ("Single Undertaking"), ou seja, que nenhum acordo entrará em vigor enquanto não estiverem acertados todos os pontos.

Portanto, a complexidade dessa questão nos aconselha a ampliar o debate a partir do Congresso Nacional, mas contando com a participação dos legislativos estaduais, em especial de Minas Gerais, em razão da gravidade dos seus efeitos na nossa economia e de sua importância no cenário político nacional.

Estive no último sábado, 21 de abril, em uma das capitais cívicas de Minas. Todas as sete cidades do ouro, da Vila Nova, da Rainha, a Caeté, de Manuel Nunes Viana, João Pinheiro e Israel Pinheiro, às mais distantes do centro da Capitania, como Minas Novas e Paracatu, foram cidades capitais, no florescer da consciência política de nossa terra. São João del-Rei é uma delas. Centro conspiratório da Inconfidência e pátria de Tiradentes e Tancredo Neves, São João esteve presente em todos os momentos decisivos de nossa história, desde o combate do Rio das Mortes, que determinou a nossa vitória na Guerra dos Emboabas. Capital revolucionária da província em 1842, São João permanece cidade em que as pessoas são intrinsecamente políticas.

Senti, ali, e com apreensão, como o País se encontra preocupado com a hora política. É um tempo de incômodos conflitos, atiçados, como é de nossa natureza cívica, pela proximidade da campanha eleitoral do ano próximo. Creio que cabe a todos nós, homens públicos, e sobretudo homens públicos de Minas, o exercício paciente do diálogo, a fim de que se superem as dificuldades maiores e possamos, sem renunciar às nossas idéias e aos nossos compromissos partidários, atravessar o acidentado caminho dos próximos meses. Como disse certa vez Otávio Mangabeira, em aparte na Assembléia Nacional Constituinte de 1946, "política é conversa, e o resto é conversa fiada".

Sou um homem formado, até mesmo pelas circunstâncias familiares, no mais absoluto respeito à democracia, no amor a esta terra, na busca permanente e paciente da conciliação. Mas também disposto a todos os sacrifícios quando se trata do amor a Minas, do amor ao Brasil.

Agradeço, honrado, aos responsáveis por esta homenagem, à Mesa diretora, através de seu Presidente, ilustre Deputado Antônio Júlio, aos Líderes partidários e, em particular, ao Deputado Miguel Martini, que teve a iniciativa do convite, aos meus companheiros de partido e a todos os parlamentares que, com essa deferência, permitiram que, após 31 anos, um mineiro voltasse a ocupar esta tribuna na condição de Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil.

Falar no parlamento de Minas é falar da mais alta das tribunas históricas de nosso País. É falar de suas montanhas invictas, que se elevam para proteger e distribuir a liberdade.

Contem sempre comigo para defender Minas e honrar a sua gente. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Deputado Aécio Neves placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Deputado Aécio Neves, confiança não se impõe, adquire-se. As montanhas azuis das Minas Gerais, onde habitam a liberdade, o respeito, o amor à Pátria, que serviram de berço a tantos heróis, assistiram à sua gloriosa jornada rumo aos mais altos designios do País no comando da Câmara dos Deputados. Belo Horizonte, 23 de abril de 2001. Deputado Antônio Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais."

- Procede-se à entrega da placa.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 24, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição de 24/4/2001.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 147ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 20/4/2001

Presidência dos Deputados Antônio Júlio e Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 61; discurso do Deputado Miguel Martini; questão de ordem; discursos dos Deputados Amílcar Martins, Adelmo Carneiro Leão, Kemil Kumaira, Paulo Piau e Sargento Rodrigues; requerimento do Deputado Miguel Martini; discursos dos Deputados Amílcar Martins, Sebastião Costa e João Leite; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para votação; suspensão e reabertura dos trabalhos; requerimento do Deputado Miguel Martini; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; deferimento do requerimento; votação secreta; manutenção; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrade - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pedro Pinduca - Rêmolo Aloise - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 61, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cívicos do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Com a palavra, para encaminhar a votação do veto, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Deputados, estamos aqui para encaminhar a votação do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 61, e gostaríamos de ler as razões do veto.

Antes, porém, não posso deixar de dizer que, em quase todos os seus vetos, o Governador apresenta as mais esdrúxulas justificativas, as mais estranhas razões. Também gostaria de chamar a atenção para o fato de que o Governador vetou 22 projetos de lei. Será que não estará querendo dizer que esta Casa não tem critérios para votar? Ora, depois de um trabalho exaustivo? Porque é dessa maneira que se faz aqui qualquer projeto de lei. Quando se quer dar início a qualquer matéria nesta Assembléia, em primeiro lugar faz-se uma consulta, para saber se é constitucional e se não há matéria correlata em tramitação. Após essa consulta inicial, o projeto de lei recebe a forma legislativa, e tem início sua tramitação. Passa, então, pela Comissão de Constituição e Justiça, que, exaustivamente, durante 20 dias - e acontece de gastar muito mais tempo do que isso -, examina-o em todos os detalhes. Os técnicos desta Casa, bem preparados e competentes, orientam-nos, e o relator faz o seu parecer, que é discutido pela Comissão. Aprovado, dependendo da matéria, vai para a Comissão de Administração Pública, para ser discutido, avaliado e votado; vai para a Comissão de Fiscalização Financeira e pode ir para uma quarta comissão, se for o caso ou a pedido de Deputado. Depois de amplamente discutido, em alguns casos em audiências públicas, vem a matéria para votação em Plenário, em 1º turno, quando é novamente debatida e avaliada, tudo publicamente. Depois de aprovada em 1º turno, volta à comissão de mérito; se houver emenda em Plenário, volta novamente.

Vem para o Plenário, em 2º turno. É votada. Vai para a redação final. Depois da redação final, os detalhes são observados. Finalmente, é publicada e vai para sanção do Governador. O Governador simplesmente olha a matéria, não gosta, e deve determinar para a sua assessoria que invente um motivo qualquer para vetar. E veta pelas razões mais estranhas possíveis. Será que o Governador esqueceu que foi legislador? Ou, talvez, não conheça a tramitação de um projeto de lei, de uma lei complementar, de uma emenda à Constituição, ou, então, tem o grande desejo de ser imperador, rei, alguém que não precise da democracia, da participação, do Poder Legislativo, da representatividade, porque vale aquilo que acha.

Esta Casa, como fez no ano passado, teria de mostrar para este Governador quem realmente pode decidir sobre matéria legal. Quem define se uma matéria é ou não constitucional é este Poder Legislativo. Vetou 22 projetos. Vetou projeto que ele mesmo encaminhou para esta Casa! Manda projeto de lei para esta Casa - que o melhora, porque o que veio de lá não era bom - e veta o próprio projeto que mandou. É o caso do Conselho Deliberativo do IPSEMG, um flagrante desrespeito ao povo. Talvez não esteja preocupado em governar Minas Gerais, porque é um verdadeiro desgoverno este que aí está. É lamentável que não governe e nem queira deixar que o povo tenha leis para defesa dos seus interesses, os interesses maiores do povo mineiro, como é o caso do Conselho Deliberativo do IPSEMG, que interessa aos servidores públicos; como é o caso da UEMG; dos servidores da segurança pública, em que não quer garantir a família daquele que no exercício da sua função sofre uma fatalidade. Então, perguntamos: O que quer este Governador? Gastar fábulas, fazendo campanha presidencial com o dinheiro do povo?

Essa é a intenção? Foi para isso que foi eleito? É lamentável ter de estar aqui dizendo isso para a sociedade. Poderíamos estar discutindo matérias que são do interesse de Minas Gerais. Mas não. Aqui estamos tentando derrubar o veto do Governador, simplesmente porque não tem interesse de governar o Estado.

Sr. Presidente, achamos que esta Casa teria de dar uma demonstração de que se ama, de que tem orgulho de ser um Legislativo definido constitucionalmente como o Poder responsável por votar as leis. Deveríamos exigir que o Governo respeitasse este Poder.

Questão de Ordem

O Deputado Amilcar Martins - Baseado no art. 264 do Regimento Interno, solicito a palavra para encaminhar a votação.

O Sr. Presidente - V. Exa. já estava inscrito para se pronunciar, mas, estando ausente, perdeu o tempo.

O Deputado Amilcar Martins - Na verdade, havia sido inscrito previamente pela Liderança e, no momento em que fui chamado, não estava no Plenário, mas agora estou e desejo encaminhar a votação, baseado no art. 264 do Regimento Interno. Não vejo como ser impedido de fazê-lo.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao ilustre Deputado que tomamos a decisão de que o Deputado, tendo sido inscrito previamente, não estando presente ao ser chamado, perderia seu tempo de falar.

O Deputado Amilcar Martins - Peço vênia a V. Exa. para dizer que toda decisão tem de ser baseada em documento legal. Neste caso, no Regimento Interno da Assembléia Legislativa, e não na vontade nem mesmo de V. Exa., que é o Presidente desta Casa.

O Sr. Presidente - Tomei essa decisão porque não concordo que a inscrição valha para o Deputado usar do seu direito, mas não valha para compor quórum e quando se quer obstruir os trabalhos.

O Deputado Amilcar Martins - Qual seria o raciocínio de V. Exa. nesse caso? Estou presente no Plenário, tanto é que estou falando com V. Exa.

O Sr. Presidente - Para poder falar, mas, na hora de votar, a sua inscrição não permanece. Ora, inscrição virtual?

Quando o Líder faz a inscrição de um Deputado, significa, em nosso modesto entendimento, que o Deputado está presente. Para efeito de quórum não vale, mas para falar vale?

O Deputado Amilcar Martins - Desculpe-me a insistência, mas eu estava presente, no Salão Vermelho, que fica ao lado do Plenário. Vim correndo, mas já havia sido chamado. Tanto estava presente que me inscrevi antes de abrir a reunião, como pode ser comprovado. Só não estava presente fisicamente no momento em que meu nome foi anunciado.

Estou presente no Plenário da Assembléia Legislativa, querendo encaminhar a votação. O art. 264 confere-me esse direito. Peço vênia a V. Exa. para dizer que as decisões têm de se basear efetivamente no cumprimento do Regimento Interno, de que V. Exa. é o principal guardião. Todos confiamos em que V. Exa. cumpra o papel de guardar, mais que qualquer um, o Regimento Interno da Casa.

O Sr. Presidente - Foi dito pessoalmente a V. Exa. que havia perdido o tempo, com o que concordou, mas, como agora insiste tanto em encaminhar a votação, a Presidência vai atender a sua solicitação. Com a palavra, para encaminhar a votação do veto, o Deputado Amilcar Martins.

O Deputado Amilcar Martins - Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a esta tribuna para encaminhar uma votação de grande interesse para todos nós, porque envolve efetivamente questões que dizem respeito à administração pública em nosso Estado, ou melhor, à ausência de administração, ao vácuo de poder. Refiro-me, evidentemente, a um Governador que desafia lei da Física porque é um presente que não ocupa lugar no espaço. É uma dessas contradições que, só com o passar dos anos, os mineiros das futuras gerações compreenderão. É um Governador que combina, por um lado, enorme preguiça, vontade de não fazer nada no que diz respeito à administração do Estado, e grande determinação, obsessão em viabilizar uma eventual candidatura à Presidência da República. E esse vácuo resulta em fatos como este que nos motiva a encaminhar esta discussão. Por sua omissão, sua falta de vontade de governar Minas, é mais fácil ao Governador vetar as proposições, não cumprir acordos. Esta é a situação de calamidade pública que vivemos em Minas Gerais: um Governador ausente por omissão porque cuida de outras questões que não dizem respeito aos interesses da população mineira, um Governador que nem mesmo tem o compromisso mínimo de cumprir as tarefas mais corriqueiras da administração pública. A consequência disso todos os mineiros estão vendo: a inoperância. Minas está parada, nada acontece em nosso Estado, e a administração pública virou um caos. É o caos institucionalizado. É uma eterna mudança de Secretários, sem critérios de nenhuma ordem. Foram quatro Secretários da Administração, quatro do Planejamento, três ou quatro da Saúde, não sei quantos Secretários de Ciência e Tecnologia, e por aí afora. Fora um pequeno grupo de intocáveis, que fazem parte da cota pessoal do Governador, o resto é descartável. Minas está abandonada por aquele que seria seu principal responsável. Por causa disso, vivemos este momento de perplexidade na sociedade mineira e na Assembléia, que é um reflexo do que ocorre na administração pública. Quantos projetos de lei, aprovados nesta Casa, negociados com o Governo do Estado, de Deputados da base governista, de Deputados leais ao Governador, foram vetados?

Vamos mesmo votar esses vetos e mantê-los? É isso que deseja o Governador? Do Deputado Alencar da Silveira Júnior, por exemplo, é justo, razoável? É razoável por causa da vontade?

Agradeço a saudação do Deputado. Faço essa referência em homenagem a V. Exa. Sou testemunha do seu compromisso com o Governo e respeito V. Exa., que está presente, tem se

mantido leal ao Governo. É justo, por causa de um capricho ou por causa da preguiça do Governador, mantermos o veto ao projeto de autoria de V. Exa.? Foi justo o que fizemos há alguns dias com um projeto de autoria do Deputado João Pinto Ribeiro? Manter um veto de um projeto correto? E de tantos outros de Deputados da base governista e da Oposição.

Quantos projetos bons e sérios teremos de sacrificar pela incompetência do Governo, pela incompetência do Poder Executivo?

Na Semana da Inconfidência, amanhã o fogo simbólico da Inconfidência chegará a esta Casa, e V. Exa., como Presidente da Assembléia Legislativa, o estará recebendo em nome de todos nós. A UEMG foi um sonho de Tiradentes, foi um sonho dos Inconfidentes, no entanto quer o Governador, porque quer, que esse sonho se acabe para sempre. É justo fazer isso com as unidades agregadas a esse projeto? A história da UEMG é de dificuldades, de muita luta por parte de grandes idealistas, entre os quais faço justiça em destacar o Prof. Aluísio Pimenta, grande batalhador pela efetiva implantação da UEMG, que tem um projeto diferenciado das universidades federais. É uma universidade que se propõe, sobretudo, a ajudar a população mais carente, aquelas pessoas que não puderam cursar universidade no momento adequado, porque são obrigadas a trabalhar para sobreviver. É uma universidade que funciona, sobretudo, à noite. É justo que isso acabe porque o Governador assim deseja?

E os projetos do PSB, do PMDB, do PL, do PSDB, tão importantes para Minas Gerais? E os projetos do PFL, do Deputado Paulo Piau, do Deputado João Leite e do Deputado Mauro Lobo? São pessoas com enorme experiência em administração pública, com visão importante das necessidades do povo. Vamos abrir mão de tudo isso, por incompetência do Governador e da sua equipe? Por omissão, por descaso do Governador, que só pensa naquilo?

Não é possível. Temos um compromisso e uma responsabilidade com o Estado. Em nome desse compromisso, estaremos aqui defendendo a derrubada desses vetos tão injustos, não com os Deputados, mas com o povo de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do veto, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na última terça-feira, iniciamos uma discussão sobre o conjunto dos vetos apresentados pelo Governador a esta Assembléia. Uma das questões relevantes de que tratamos foi a constitucionalidade dos vetos ou o veto considerando a inconstitucionalidade. Destacamos desse conjunto de inconstitucionalidades a questão do vício de iniciativa. Quando o Governador acolhe a proposição de lei, o vício de iniciativa acaba por ser superado.

No caso específico do Projeto de Lei Complementar nº 61, entendemos que, no mérito, teria maior relevância no sentido de superar injustiças praticadas contra os servidores públicos e de modo muito especial com relação aos direitos adquiridos. Na nossa avaliação, o Deputado Mauro Lobo, ao apresentar esse projeto, estaria dando grande contribuição ao Governo do Estado, que nos discursos tem sempre mostrado sensibilidade com as causas sociais e dos servidores.

Mas o que pudemos e podemos constatar neste momento, em relação ao projeto, é que os discursos explicitando essa sensibilidade são muito mais freqüentes em relação às práticas, que são raras, da defesa do interesse, da promoção da justiça, do resgate dos direitos dos trabalhadores, fundamentalmente dos servidores públicos.

Estamos num tempo em que, por parte de Governos em diferentes níveis, em municípios, nos Estados e na União, os direitos dos trabalhadores e dos servidores estão sendo deixados de lado com muito mais intensidade do que o atendimento aos mais poderosos, mais uma vez mostrando que os trabalhadores e os servidores públicos estão do lado dos mais fracos, daqueles que, quando têm que ser excluídos ou quando se faz uma justificativa para o não-atendimento, acabam sendo colocados nessa margem, desse lado.

Se analisarmos o Governo passado e o atual, verificaremos que o pagamento de dívidas, o atendimento aos direitos reclamados, são direcionados com muito mais intensidade, com muito mais freqüência e com maior dedicação para os poderosos. Pagam-se as dívidas das grandes empreiteiras, dos grandes grupos empresariais, anistiam e negociam com os grandes grupos, reduzindo, inclusive, dívidas.

Recentemente, vimos o que aconteceu em relação aos negócios com a Vale do Rio Doce: uma dívida superior a R\$100.000.000,00 foi reduzida para cerca de R\$30.000.000,00. Ou seja, R\$30.000.000,00, por meio de ganhos judiciais, foram perdoados ou negociados com grande vantagem para a empresa. No entanto, os direitos dos trabalhadores não são atendidos, são indefinidamente postergados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos vivendo um tempo de governo com discursos muito bem elaborados, mostrando sensibilidade às causas sociais, aos direitos dos trabalhadores. Mas, paradoxalmente, estamos assistindo a uma atitude hipócrita daqueles que fazem o bom discurso, porém sonégam o atendimento aos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Neste momento, em Minas Gerais, continuamos vivendo uma situação dramática. Todos nós, Deputados, testemunhamos isso. Tenho certeza de que, em cada gabinete dos 77 Deputados, já chegaram muitos pedidos, muitos clamores de professores, de aposentados, de servidores públicos, que não receberam suas férias-prêmio, seus direitos, seus recursos mínimos. Infelizmente, só conseguem o ressarcimento, o atendimento desse direito, com enorme dificuldade e em situações excepcionais, ou seja, doentes, correndo risco de vida. Não podemos continuar a assistir e a admitir essa forma de trato do Estado, de governos sucessivos, deste Governo, com os servidores públicos. Por isso mesmo, a nossa posição, o nosso encaminhamento, a nossa defesa é a de que todos os trabalhadores do Estado de Minas Gerais, tendo os seus direitos adquiridos, de suas férias, férias-prêmio, verbas retidas, sejam atendidos de imediato, com prioridade, com determinação política por parte do Governo. Essa vontade é determinante do aparecimento e da destinação dos recursos públicos.

Infelizmente, assistimos à utilização e à destinação de volumosos recursos públicos para pagamento de dívidas dos mais poderosos. Não podemos admitir a continuidade da sonegação da dívida àqueles mais necessitados.

O PT, em relação à proposição do Deputado Mauro Lobo, estará votando contra esse veto, embora reconhecendo o vício de iniciativa, num apelo final ao Governador do Estado de Minas Gerais para que acolha esse projeto de lei complementar e garanta aos trabalhadores do Estado os seus recursos mínimos necessários, direito deles.

Nenhum favor está sendo feito pelo Estado ou por nenhum Governo.

Por isso, votaremos contra o veto do Governador ao Projeto de Lei Complementar nº 61.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do veto, o Deputado Kemil Kumaira.

O Deputado Kemil Kumaira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imagino o que passa pela cabeça do Presidente da Assembléia diante desse quadro que se arrasta desde o início desta legislatura, mas principalmente agora, a partir da posse do novo Presidente, da nova Mesa, período em que a Assembléia não tem avançado na discussão e na votação dos projetos, o que é, fundamentalmente, a razão de ser, de estarmos aqui, no parlamento mineiro.

No entanto, temos que trabalhar para que a Assembléia Legislativa não seja medíocre a ponto de ser comparada ao Governo Estadual. A Assembléia tem que ser melhor no desenvolvimento das suas atribuições, numa demonstração de responsabilidade de cada um de nós para com o nosso povo.

Poderia aproveitar este espaço para tratar de assuntos mais importantes do que a votação desses vetos do Governador, até porque o Governador veta uma matéria tão importante quanto essa simplesmente baseado em um vício de origem, isto é, na paternidade do projeto, da emenda, a qual tinha que ser de feitura palaciana.

Mas o Deputado Mauro Lobo, com a sua grande sensibilidade, viu o sofrimento que os funcionários públicos estão vivenciando a partir da posse do Governador Itamar Franco, que, ao contrário do que dizia em suas promessas de campanha política, exatamente para beneficiar o funcionalismo público mineiro, age de forma covarde, negando os mínimos direitos àqueles cidadãos que prestam serviço a nossa sociedade.

São inúmeros os casos que poderiam aqui ser relatados, um grande rol de fatos que comprovam o descompromisso do Governador Itamar Franco para com os funcionários de Minas Gerais. Nesse caso específico, o que nega é o direito de o funcionário receber em espécie as suas férias, ao invés de serem gozadas, como ocorre em qualquer trabalho executado em empresas privadas, onde esse direito é concedido. Nós mesmos sabemos que, muitas vezes, as próprias empregadas domésticas ou outras pessoas que trabalham em nossos lares fazem um apelo para receber suas férias em dinheiro, que é a forma de poderem comprar algum bem ou pagar alguma dívida.

Ao funcionalismo público mineiro, pelos salários que tem recebido, pela negativa constante de aumentos salariais há mais de cinco anos, não resta alternativa a não ser solicitar à Assembléia Legislativa que permita que o Governo possa pagar em dinheiro as suas férias. O Governador vetou esse simples pedido, porque isso não foi de sua autoria e porque dele nunca seria, pois, como já disse anteriormente, falta a ele a sensibilidade necessária para fazer uma concessão dessa natureza. Então, todos que têm assento nesta Assembléia sabem que bastaria o Governador sancionar a emenda do Deputado Mauro Lobo para que estivesse consolidado um direito que, às vezes, é contestado por alguns juristas. Mas já existe jurisprudência, há alguns Estados da Federação, em que se concede o pagamento de férias aos funcionários públicos.

Comecei dizendo, Sr. Presidente, que estava imaginando o que passa pela cabeça de V. Exa., que é um homem responsável, que é um homem competente, que está presidindo esta Assembléia não por acaso, mas por seu grande poder de liderança junto aos nossos pares. Para podermos superar essas dificuldades, Sr. Presidente, é necessário que o Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, tenha a sensibilidade de conversar com as lideranças oposicionistas, para que juntos possam encontrar uma saída para esses meses de obstrução, que já estão comprometendo o nome da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Não é vantagem nenhuma para a Oposição que isso persista, mas falta ao Líder do Governo a sensibilidade normal que se exige de um líder, a capacidade de discutir os pontos negros que estão obstaculizando os trabalhos da Assembléia. Quero, Sr. Presidente, dizer a V. Exa. e aos Deputados desta Casa que temos o dever de trabalhar para que esse momento seja superado, para que possamos mostrar ao povo mineiro que os Deputados a quem confiaram os seus interesses maiores estão verdadeiramente preocupados em alcançar, por meio do entendimento, a solução dos seus problemas.

Para concluir, quero dizer o seguinte: como ex-Presidente da Assembléia Legislativa, como ex-Presidente da Constituinte mineira, pelo fato de conhecer todos os meandros desta Casa, quero afirmar a V. Exa. que iremos trabalhar, juntamente com a Bancada da Oposição, para encontrarmos o caminho e sairmos desse buraco negro.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do veto, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, já que estamos sendo vistos em todo o Estado, quero dizer que a Oposição tenta cumprir o seu papel, que também é o de negociar projetos, emendas, enfim, ações necessárias ao desenvolvimento do Estado e, em última instância, ações em prol da melhoria das condições de cada cidadão mineiro. Portanto, a Assembléia Legislativa passa por um processo de obstrução, que, historicamente, sempre existiu aqui. Concordo com o Deputado Kemil Kumaira: esse processo é histórico e normal em qualquer parlamento. Aliás, é o único instrumento com o qual a Oposição pode contar, porque o Governo, com a maioria absoluta nesta Casa, não tem necessidade da nossa participação.

O contraponto feito pela Oposição, as idéias e opiniões divergentes - porque cada cabeça tem um pensamento -, direcionadas ao desenvolvimento do nosso Estado, sempre foram, historicamente, durante os mais de 50 anos desta Assembléia, condição fundamental para que os projetos fossem mais aperfeiçoados. Ao longo de todos esses anos, esta Casa criou leis, fiscalizou, conversou com a sociedade, a ponto de ser um dos Legislativos mais respeitados do País. Portanto, não será nesta condição, neste momento, em que o Governo de Minas não dá a menor atenção ao Poder Legislativo, que haveremos de nos curvar, sob pena de os 77 Deputados mineiros, que representam mais de 16 milhões de pessoas, tornarem-se pessoas absolutamente comuns. Tornando-se assim, não haverá razão para a existência de tantas tarefas, de tantos gastos do Poder Legislativo mineiro.

A liderança que nos foi confiada pelo povo resulta ou deverá resultar também da capacidade de entendimento, que se faz necessário. O negócio é bom quando o é para dois. Aqui, as votações dos projetos e as apreciações dos vetos, de maneira especial, não podem ser boas apenas para o Governo ou para os Deputados de sua base, mas para as duas partes, senão o negócio é ruim. Assim o é na vida prática e nesta Assembléia.

Não posso falar em nome do PFL, porque o nosso Líder, Deputado Sebastião Costa, está presente. Conheço o seu pensamento de que o PFL tem algumas questões inegociáveis.

Vamos às últimas conseqüências para derrubar vetos do Governador, mas é claro que há pontos em que podemos negociar, porque entendemos que algumas questões até se justificam. Mas isso cabe, em primeiro lugar, ao Líder do Governo, que, inicialmente, dizia que o Líder do PSDB estava intransigente nessa negociação; depois, que quem estava intransigente era o Líder do PT. Portanto, acho que neste momento é preciso haver liderança maior, e isso, sem dúvida, deve partir do Líder do Governo, para que esse entendimento possa prosseguir.

Os vetos talvez não tenham tanta importância para o próprio Governo, pois as leis estão aí, em vigência. Mas há nesta Casa centenas de projetos - do Governo e de iniciativa dos Deputados -, que, evidentemente, devem ser votados para o bem da comunidade mineira. Portanto, haveremos de chegar nesse entendimento, para que possamos avançar na votação desses trabalhos. Mas é claro que, se não houver compreensão do Governo, especialmente da Bancada Governista e do Líder do Governo, a única arma que sobra à Oposição é continuar fazendo a obstrução dos trabalhos, porque a Oposição sempre foi ouvida nesta Casa, embora minoria - mas a minoria também tem de ter voz e vez. Absolutamente, não vai aqui nenhum tom de ameaça, mas repito para quem nos ouve que a única arma que a Oposição tem nesta Casa é o nosso Regimento, e, com esse guardião, fazemos a nossa obstrução, para que nossa negociação tenha algum sentido e resultado prático, não para nós, do PSDB, do PFL ou do PT, mas porque acreditamos que nossa defesa se constitui de medidas necessárias para o desenvolvimento do Estado e de seu povo.

Nesse projeto, o Deputado Mauro Lobo visa ao pagamento em espécie das férias dos trabalhadores. Muitas vezes, os trabalhadores perdem esse direito sagrado, que é sua remuneração por férias não gozadas. Defendemos a derrubada do veto, porque a única alegação do Governo, pelo que vimos em sua argumentação, é o vício de iniciativa. Bem, como foi dito por vários oradores que me antecederam, o vício de iniciativa, já que o projeto é bom, pode ser suprido com a sanção do Governador. Mas já que vetou, cabe a esta Casa, como Poder independente, que visa até mesmo dar cobertura, acrescentar e melhorar os atos do Executivo, derrubar, se necessário, o veto do Governador. Aqui não vai picuinha política; não se trata nem mesmo de ser Oposição ou Situação, mas de aprimorar todas as medidas que dizem respeito ao Estado.

Portanto, gostaríamos de parabenizar, mais uma vez, o Deputado Mauro Lobo, que, com sua visão e experiência administrativa no próprio Governo do Estado, percebeu que essa medida é absolutamente necessária. E, muito mais do que a visão do Deputado Mauro Lobo, está a posição dos servidores públicos lesados em seu direito constitucional, líquido e certo, de receber por férias não gozadas, sejam comuns ou férias-prêmio. Esse é um direito líquido e certo, e esta Casa tem a obrigação de fazer cumprir as leis ou de ajustá-las para fazer com que o cidadão não fique prejudicado em seus direitos coletivos e individuais.

Portanto, fica aqui o nosso apelo para que possamos votar esse projeto, dizer "não" ao veto do Sr. Governador, a fim de que, com a sua derrubada, o trabalhador público do Estado tenha esse direito líquido, certo e sagrado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do veto, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia, gostaríamos de encaminhar a votação do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 61, no seguinte aspecto: esta Casa retornou aos trabalhos no dia 18 de fevereiro. Hoje, 18 de abril, faz dois meses que voltamos. Como Vice-Líder do PSB, tenho a certeza de que a nossa bancada tem estado aqui constantemente, como a nossa líder, que está nos acompanhando no Plenário, Deputada Elaine Matozinhos, e os demais parlamentares, que se encontram no Salão Vermelho. Dois meses já se passaram, e votamos apenas o Projeto SOMMA. Sabemos que a opinião pública tem cobrado constantemente, assim como a imprensa, a presença dos Deputados em Plenário, para que votemos as matérias que se encontram na pauta. Projeto muito importante é o veto à Proposição de Lei Complementar nº 61, assim como os vetos e projetos que se encontram na pauta.

Esta Casa, com os seus 77 parlamentares, todos bastante maduros, cada um, com certeza, tem os seus compromissos com o povo de Minas Gerais. Não seria questão de Situação ou Oposição, base de Governo ou não. Com a maturidade que temos como parlamentares, como representantes do povo, precisamos votar essas matérias. Precisamos nos sentar com o PSDB e com o PFL. Não tenho recibo para falar em nome da base de Governo, mas falo como Deputado do PSB, porque precisamos, mais que nunca, discutir, chegar a um consenso e votar essas matérias. Sabemos que lá fora o povo está esperando que nos manifestemos. Felizmente, Sr. Presidente, fui avisado da possibilidade de vir aqui votar essa matéria. Ausentei-me da faculdade para votar projetos de interesse do povo, já que estive aqui na sessão ordinária das 14 horas, e, infelizmente, também não tivemos oportunidade de votar essas matérias. Então, faço apelo, não a Deputados da Oposição ou da Situação, mas aos Deputados desta Casa, porque precisamos chegar a um acordo. Não podemos ficar aqui dois meses e votar apenas o Fundo SOMMA. Sabemos que os Deputados começam a ficar inquietos em Plenário por causa dessa situação, começam a fazer os encaminhamentos,

começam a obstrução. É o papel, entendemos. O Regimento Interno prevê, é o dispositivo legal que todo Deputado desta Casa tem, de fazer o encaminhamento de qualquer matéria que esteja na pauta para ser votada, mas o povo merece muito mais do que isso. Merece que os Deputados desta Casa possam se assentar e dialogar, independentemente de seus partidos, para que cheguemos a um acordo e votemos essas matérias.

Minha consciência está tranqüila, porque estive presente, neste Plenário, em todas as reuniões ordinárias que se realizaram desde 18 de fevereiro até 18 de abril. Gostaria, agora, que chegássemos a um consenso e votássemos toda a matéria acumulada na pauta.

Tenho certeza de que a população do Estado não está satisfeita com o fato de o parlamento mineiro, em dois meses, ter votado apenas o Fundo SOMMA. Ao povo não interessa se se trata de Situação ou Oposição; interessa que há importantes projetos a serem votados e transformados em lei, quer pela manutenção, quer pela derrubada dos vetos do Governador.

Peço ao Presidente que, baseado no Regimento Interno, faça valer sua autoridade e marque reuniões extraordinárias constantes, nas terças, quartas e quintas-feiras, tantas quantas forem necessárias, até que os Deputados tenham a boa-vontade de estar no Plenário para votar as matérias. Precisamos ter maturidade para entender que esse é o nosso papel. Não adianta ficarmos encaminhando infinitamente projetos e, no momento de votá-los, esvaziar o Plenário, postergando a decisão para o dia seguinte.

Em respeito ao nosso eleitor e à população de Minas Gerais, devemos estar em Plenário não só para discutir, mas também para votar as matérias em pauta. Afinal de contas, em dois meses, votamos apenas um veto. Os 77 Deputados têm de cumprir seu papel, independentemente de serem da Situação ou da Oposição. É isso o que a população mineira espera de nós.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, para que, na votação do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 61, o art. 4º seja votado inciso por inciso. Em votação, o requerimento. Com a palavra, para encaminhá-la, o Deputado Amílcar Martins.

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi atentamente a manifestação do Deputado Sargento Rodrigues. Evidentemente, com todo o respeito que tenho pelo nobre colega, não poderia deixar de manifestar certa discordância em relação ao que foi dito aqui.

Começo por lembrar que a votação demorada do Projeto SOMMA foi uma grande vitória do povo mineiro, porque, a partir do esforço e do trabalho dos Deputados da Oposição nesta Casa, foi possível aperfeiçoá-lo de maneira definitiva, o que será reconhecido no futuro e já o é neste momento. Foi possível impedir a tentativa do Governo do Estado de passar a mão em recursos que eram um dinheiro de fomento para os municípios mineiros. Um recurso que beneficiou mais 140 municípios, de todos os partidos políticos: municípios administrados por Prefeitos do PMDB, do PSB, do PFL, do PT, como Ipatinga e Betim, que tiveram os maiores recursos do Projeto SOMMA em sua história. A Prefeitura de Ipatinga teve recursos de R\$17.000.000,00. E nós, da Oposição, conseguimos impedir, já no ano passado, que esses recursos fossem subtraídos aos interesses públicos e usados para outros fins. Dessa forma, garantimos a capitalização do BDMG, para que esses recursos continuem a ser usados nos programas de reforma administrativa e saneamento dos municípios, sobretudo os pobres, de Minas Gerais.

O trabalho de discussão exaustiva dos projetos não é perda de tempo. Se somos a Minoria nesta Casa, se somos 20, sendo 50 e muitos da Situação, e conseguimos levar essa discussão à exaustão, prolongando-a pelo tempo necessário, levando a um consenso que atendesse aos interesses de Minas, foi porque estávamos, nesta tribuna, trabalhando. Não foi por estarmos cabulando. Isso é do feito do Governador do Estado. O ausente, quem não gosta de trabalhar, quem gosta de cabular seu trabalho, o fujão não são os Deputados da Oposição. O principal fujão da administração pública responde pelo nome de Itamar Cautiero Franco. Ele não está cumprindo seu papel, e, por isso, aqui estamos discutindo um veto absurdo a esse projeto de iniciativa do Deputado Mauro Lobo. O Governador não sabe o que está acontecendo no Estado nem na administração pública. Não coloco como desafio, mas como uma constatação a presença maciça dos Deputados da Oposição nesta Casa, ao longo de todo esse processo. O Deputado Sargento Rodrigues disse que estava presente às reuniões, mas creio que ele, como todos os telespectadores da TV Assembléia e os demais Deputados, sabe que também estávamos. Os Deputados dos partidos oposicionistas também estavam presentes, e tanto isso é fato que conseguiram, publicamente, nesta tribuna, encaminhar o processo de discussão e votação daquele projeto até o ponto que todos julgamos necessário para a preservação dos interesses do povo mineiro.

Portanto, não é possível passar à opinião pública duas idéias que me parecem equivocadas: uma, a de que o único trabalho dos Deputados é o de Plenário; este é fundamental, mas trabalhamos nas comissões, trabalhamos nos gabinetes. Esta Casa é um exemplo vivo disso, é freqüentada por milhares de pessoas todos os dias. A imprensa está presente, a TV Assembléia dá transparência ao trabalho dos Deputados, e os poucos ausentes serão identificados pela população.

Nós, da Oposição, estamos muito presentes e atentos para defender os interesses do povo de Minas Gerais; se não fosse assim, não teríamos conseguido o que conseguimos em relação ao Projeto SOMMA. Se não fosse assim, não estaríamos aqui, hoje, pedindo a reflexão de todos os Deputados desta Casa quanto à necessidade de que se discuta de forma cuidadosa, pensada, a importância de cada um dos projetos, como esse, por exemplo. Ou, então, que o Governador vá, em público, dizer com clareza aos funcionários públicos - e não, com esses subterfúgios - que é contra o pagamento de suas férias nessas situações excepcionais previstas no projeto de lei do Deputado Mauro Lobo. Que o Governador Itamar Franco diga à população e aos funcionários públicos que é contra. Mas não deve usar o subterfúgio de dizer que o projeto tem um vício de origem. O vício de origem alegado pode ser resolvido pura e simplesmente com a sanção do Governador; assim, estará sanado o vício de origem para sempre.

Não aceitamos e estamos vigilantes. Ao contrário do que se pode pensar, trabalhamos. Os Deputados da Oposição trabalham e muito. Não quero ser deselegante com a base governista e dizer que trabalhamos mais, mas quero dizer que temos trabalhado o suficiente para impedir que muita bobagem aconteça neste Estado, para impedir que muito prejuízo seja dado aos bolsos dos contribuintes mineiros. Estamos trabalhando muito. Estamos nesta noite e estaremos em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias para defender os interesses do povo de Minas.

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, senhores que nos acompanham através da TV Assembléia, senhoras e senhores, antes de iniciar meu encaminhamento, quero, em nome da Bancada do meu partido, o PFL, fazer um registro e, ao mesmo tempo, externar ao Eduardo Moreira os nossos sentimentos pelo passamento de seu pai, sepultado ontem. Não estou aproveitando o momento apenas para preencher o tempo, porque não havia outros assuntos. Pelo contrário, o motivo é que esse servidor merece o nosso reconhecimento. Neste momento, em nome do PFL, quero externar o nosso profundo sentimento de pesar.

Além do assunto a que me referi, estou na tribuna para encaminhar o requerimento apresentado pelo Deputado Miguel Martini. Para encaminhá-lo, prefiro fazê-lo de forma bem pausada, tranqüila e serena, para que o telespectador possa entender por que nós, da Oposição, estamos aqui nos alternando. Para isso, abordaria duas ou três razões distintas. A primeira é que sabemos, em que pese a todo o entusiasmo e alegria demonstrada pela base do Governo, que nós, da Oposição, e todos os segmentos representativos do Estado temos compromisso com a palavra empenhada.

Nós, da Oposição, juntamente com a base de apoio do Governo, aprovamos aqui, há alguns meses, proposta de emenda de autoria do Deputado Paulo Piau, que depois se transformou num instrumento desta Casa, destinando 2% do orçamento do Estado para a UEMG e para a UNIMONTES. Dias depois, chegou a esta Casa o orçamento do Estado. O que foi feito? Uma emenda para dar respaldo orçamentário ao Governador para que pudesse dar cumprimento à emenda à Constituição promulgada pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

O Governador, de posse da mensagem que continha o orçamento, vetou, entre outros dispositivos legais, aquele que destinava 2% para a UEMG. Depois de alguns dias, o Governo remeteu de volta à Assembléia aquela mensagem, com os vetos e com as suas razões. Hoje, estamos fazendo um cavalo de batalha com uma matéria que já poderia ter sido aprovada ou rejeitada.

Esse sacrifício que estamos fazendo é na defesa de um instrumento regimental que nos assegura um tempo a mais, para permitir que o Governo do Estado reflita e que se disponha, de uma vez por todas, a cumprir a palavra de seu digno Líder, que, naquele microfone da esquerda, quando os estudantes faziam presença na galeria, de forma entusiástica, disse que o Governo do Estado enviaria a esta Assembléia Legislativa uma mensagem que contemplaria aquelas unidades de ensino superior.

Por sua vez, outro partido com assento na Casa, o PT, também reivindica que haja destinação para a saúde. Neste primeiro aspecto que abordo, estou falando sobre uma questão a fim de ganhar algumas horas e alguns minutos a mais para conseguir persuadir o Governo e sua Liderança, para que oficialize aquela proposta que assegura à UEMG e à UNIMONTES os recursos para o seu funcionamento. A partir daí, poderíamos examinar veto a veto, caso a caso.

Não estamos aqui para cansar a paciência dos Deputados da base do Governo, pelo contrário. Como diz o adágio popular: água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. Talvez, com um tempo maior, com umas horas a mais, seja possível ao Governo, por meio de sua Liderança, formalizar aquela proposta que sinalizava que faria. A partir daí, é preciso que se esclareça, no segundo aspecto, que a Oposição está procurando cumprir o seu papel, para que o Governo tenha tempo de refletir e corrigir as falhas em muitos de seus vetos.

Por último, quero ressaltar o terceiro aspecto. Fala-se muito neste País em direita, em esquerda, em centro, em tantos posicionamentos. Existem governantes que se postam como progressistas, outros, como moderados ou conservadores. O mais interessante é que, quando se senta na cadeira para governar, ninguém pensa o Estado a partir das pessoas para os números, e, sim, o Estado a partir dos números para as pessoas. Por essa preocupação, estamos usando todo este tempo, todo este instrumento para que o Governo de Itamar Franco, como disse muito bem um companheiro de partido, o Governador do Paraná, Jaime Lerner, pense o Estado a partir das pessoas para a economia, e não, da economia para as pessoas. É por isso que estamos aqui há alguns dias, parecendo até que estamos querendo obstruir por obstruir. Nada disso. Estamos procurando conscientizar o Governo para que pense o Estado a partir das pessoas para os números, e não, o contrário. Agindo assim, o Governo perde a sensibilidade e se transforma num Governo frio, voltado para a grande onda de propaganda, de ações isoladas, sem contudo alcançar o objetivo principal, que é concretizar aquilo que a universidade, que os estudantes, que a saúde pública esperam de cada um de nós.

Sr. Presidente, solicito que V. Exa., com a isenção que lhe é peculiar, cumpridor do Regimento Interno da Casa, estando num processo de votação que exige a presença de 39 Deputados em Plenário - compreendo o cansaço de todos -, encerre a reunião para que amanhã, no horário convocado por V. Exa., aqui estejamos refletindo um pouco mais e cumprindo o nosso dever cívico.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Elaine Matozinhos, telespectadores da TV Assembléia, gostaríamos de encaminhar a votação favoravelmente ao requerimento do Deputado Miguel Martini, o qual pretende que se faça a votação de cada inciso do art. 4º do veto do Governador do Estado à Proposição de Lei Complementar nº 61.

Tivemos oportunidade, anteriormente, de colocar a nossa posição em relação a essa questão. Vemos no nosso Estado, lamentavelmente, uma distância muito grande entre o discurso e a prática. A todo momento ouvimos o discurso de que o Governo está voltado para os servidores, mas eu mesmo tive a oportunidade de receber veto a proposição de minha autoria que concedia indenização aos contratados do Estado.

Agora o Deputado Mauro Lobo apresenta essa proposição, que pretende trazer justiça ao servidor público do Estado, mas também recebe veto do Sr. Governador.

É lamentável. Esse é um direito do servidor que deixou de gozar suas férias. Como todos os trabalhadores deste País, o servidor teria direito de receber pelas férias não gozadas, mas até hoje não vimos, por parte do Governador, a intenção de acertar essa situação.

Recebeu a proposição do Deputado Mauro Lobo apoio do Plenário da Assembléia Legislativa, chegando, portanto, ao Palácio da Liberdade com a aprovação desta Assembléia. Mas, sendo coerente com a distância entre o discurso e a prática, o Governador vetou tal proposição, que representa direito líquido e certo do trabalhador.

Qualquer trabalhador neste País que deixou de gozar as suas férias recebe-as. Mas o Governador acha que o servidor público estadual não deve receber pelas férias que não gozou. Entende o Governador que ele não tem direito a recebê-las.

Os servidores públicos estaduais que assistem à TV Assembléia neste momento devem estar atentos, porque muitos querem fazer parecer a eles e à opinião pública que a Oposição na Assembléia Legislativa faz oposição por oposição, qualquer obstrução. Mas sentimos, servidor público do Estado, que, se votarmos neste momento, o servidor será derrotado, porque esse veto será mantido pela base do Governo na Assembléia Legislativa. Por isso estamos na tribuna e queremos sensibilizar os Deputados que aprovaram no Plenário essa matéria que foi à sanção do Governador, para que agora não mantenhamos esse veto. É injusto com o servidor público do Estado. Devem os Deputados dar ao servidor o que deram, ao votar essa proposição, apoiando a iniciativa do Deputado Mauro Lobo.

Temos, neste Estado, uma distância muito grande entre o discurso e a prática. Vejo ali o Deputado Hely Tarquínio, Presidente da CPI da Saúde, tentando, com aquela pasta, colher assinaturas para a CPI continuar. Temos um discurso de que deve haver uma CPI da corrupção no nosso País, e somos favoráveis a ela. Sou favorável a que tenhamos uma CPI em Brasília, que tudo seja esclarecido, apurado, que haja punição, mas espero também que aproximemos a prática do discurso e que os partidos assinem o documento que o Deputado Hely Tarquínio vem carregando debaixo do braço, tentando conseguir assinaturas para a continuidade da CPI da Saúde. É negado ao Deputado Hely Tarquínio que a CPI continue na Assembléia Legislativa. Essa é a distância do discurso até a prática, que é outra, Srs. Deputados. Por isso estamos fazendo esse trabalho e quero concordar com o Deputado Amílcar Martins, quando lembrou o papel da Oposição da Assembléia Legislativa. Concorde com as palavras usadas pelo Deputado Amílcar Martins. A presença da Oposição impediu que muita bobagem passasse aqui. Vou lembrar uma que ficará marcada nesta legislação: a famigerada narcotaxa que cobraria R\$55,00 por cada automóvel no Estado. Foi a Oposição, nesta tribuna, que conseguiu deter esse ataque ao bolso do contribuinte no Estado.

Novamente, estamos diante de várias situações, são 21 vetos dos mais variados, para todo gosto: veto a um direito do servido de perceber pelas férias não gozadas, veto à possibilidade de o Estado ter uma universidade especialmente para o estudante mais carente que tem a expectativa de chegar ao 3º grau. Veto, é isso o que o Governador do Estado fez, veto a uma proposta que apresentei a esta Casa e que os Deputados trabalharam, ajudaram para que pudesse ser aprovada. Trata do transporte e armazenamento de lixo tóxico no Estado. O Governador vetou-a, há uma sede de vetar, vetou um projeto de iniciativa do Deputado Hely Tarquínio, telespectador contribuinte do Estado, que dá a possibilidade ao cidadão que foi multado - e alguns são multados várias vezes, alguns são trabalhadores e dependem do carro - de pagar as suas multas de maneira parcelada. Quer dizer, vetou, e elas não podem ser parceladas. O Estado quer receber à vista as multas. O Deputado Hely Tarquínio tentou dar a possibilidade para que houvesse parcelamento no pagamento das multas. O Governador, novamente, muito distante da prática do discurso que tem apresentado não só para o Estado, mas para a Nação, vetou.

Vetou projetos de Deputados de sua base, como o do Deputado Agostinho Silveira, que trata da saúde vocal dos professores da rede pública de nosso Estado. É isso que estamos vendo. Por isso, telespectadores, estamos ocupando esta tribuna. Sentimos que, se não o fizermos, serão mantidos esses vetos, e o Estado perderá. Estaremos vigilantes, impedindo que tais vetos sejam mantidos.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, solicito-lhe que encerre, de plano, a reunião, devido à falta de quórum para a continuação dos nossos trabalhos, apesar de muitos Deputados desejarem votar, a fim de manter esse veto ao pagamento das férias dos servidores públicos. Apesar da vontade de votar para manter esse veto, são necessários 39 Deputados, e não temos esse número em Plenário. Essa é a questão de ordem que suscito, Sr. Presidente, aguardando a resposta de V. Exa.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - A Presidência, tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Doutor Viana) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 34 Deputados. Não há quórum para votação, mas o há para a continuação dos trabalhos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, atendendo a solicitações de diversas Lideranças desta Casa e tendo em vista que estão fazendo entendimentos no Salão Vermelho, vai suspender a reunião por 10 minutos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos. Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini em que solicita a retirada do requerimento pedindo a votação, inciso por inciso, do art. 4º do veto.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Gostaria que V. Exa. suspendesse os trabalhos por 2 minutos, para finalizarmos os entendimentos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção a questão de ordem suscitada pelo Deputado Miguel Martini, vai suspender a reunião por 3 minutos, para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria em pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Miguel Martini em que solicita a retirada do requerimento pedindo a votação, inciso por inciso, do art. 4º do veto. Em votação, o veto. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 255, c/c o art. 261, X, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem manter o veto deverão registrar "sim", e os que desejarem rejeitá-lo deverão registrar "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação.

- Registram seus votos os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Bené Guedes - Cabo Morais - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Pedro Pinduca - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Wanderley Ávila.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 26 Deputados; votaram "não" 14 Deputados. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 61. Oficie-se ao Governador do Estado.

Declarações de Voto

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, como Líder do PSDB, e independentemente dos Deputados que vão declarar seu voto, gostaria de dizer que o PSDB votou pela derrubada do veto, por achar que uma injustiça seria corrigida. Infelizmente em prejuízo do servidor público, o veto foi mantido.

Lamentamos profundamente e declaramos o nosso voto favorável à derrubada do veto. O nosso voto foi "não".

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, o meu voto não apareceu no painel, embora tenha feito o procedimento correto. Portanto, para justificar, gostaria de dizer que a orientação do Líder do PFL era para votar contrariamente à manutenção do veto, ou seja, pela rejeição do veto do Sr. Governador. Sendo assim, fica registrado que o PFL também votou com o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, acompanhando uma decisão, a Oposição na Assembléia Legislativa, composta pelo PSDB, pelo PFL e pelo PT, votou pela derrubada do veto do Sr. Governador. Assim, lamentamos que o Governo, que está sempre fazendo o discurso de que está ao lado do servidor público estadual, não dê a esse servidor o direito de receber as férias, quando não as goza. E lamentamos também que os Deputados que votaram pela aprovação dessa matéria de iniciativa do Deputado Mauro Lobo tenham agora votado com o Palácio da Liberdade. É nestes momentos que sentimos a força do Palácio da Liberdade. Ganhou o Governador Itamar Franco, que não quer pagar ao servidor público estadual as férias a que tinham direito. Apoiado pelos Deputados e pelos partidos que compõem a sua base na Assembléia Legislativa, o Governo votou contra o servidor público estadual, votou para não pagar as férias que ele não gozou: trabalhou e não vai receber. Essa é a decisão do Governador do Estado, Sr. Itamar Franco, e da sua base na Assembléia, composta pelos partidos que decidiram que o servidor público estadual, quando não goza as férias, também não recebe por ter trabalhado. Como tivemos oportunidade de dizer durante o encaminhamento, o discurso está bem distante da prática. A prática é essa que estamos vendo. Portanto, sai perdendo não a Oposição na Assembléia Legislativa, que votou com o servidor público estadual, mas o servidor público estadual, que é a parte mais fraca e que, infelizmente, foi derrotado no Plenário da Assembléia, nesta noite.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 19, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 60ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às quinze horas do dia dez de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Dilzon Melo, Eduardo Brandão (substituindo este ao Deputado Anderson Adauto, por indicação da Liderança do PMDB) e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eduardo Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A seguir, informa o recebimento da correspondência enviada pelos Srs. Murílio de Avelar Hingel, Secretário de Estado da Educação; Mauro Santos Ferreira, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; Djalmir da Costa Bessa, Chefe de Gabinete do Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Abastecimento; José Menezes Neto, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social; Miguel Vinícius da Silva, Subsecretário da 2ª Câmara do Tribunal de Contas; Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, e Leopoldo Bessone, Presidente da PREVIMINAS. O Presidente informa, ainda, o recebimento das seguintes proposições, bem como os relatores a que foram distribuídas: Projetos de Lei nºs 1.124/2000 (Deputado Ivair Nogueira), 1.279/2000 (Deputado Rêmoló Aloise), 1.350/2001 (Deputado Luiz Fernando Faria), 1.163/2000 (Deputado Rogério Correia) e 1.159/2000 (Deputado Dilzon Melo). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A seguir, são aprovados, cada um por sua vez, após discussão e votação, os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs nº 157/99, em 2º turno (relator: Deputado Dilzon Melo), concluindo pela aprovação da matéria, na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1; 321/99, em 1º turno (relator: redistribuído ao Deputado Dilzon Melo), concluindo pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1; 894/2000 (relator: redistribuído ao Deputado Eduardo Brandão), concluindo pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1 e pela rejeição do Substitutivo nº 2; 990/2000 (relator: redistribuído ao Deputado Eduardo Brandão), concluindo pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1; 1.155/2000 (relator: redistribuído ao Deputado Rogério Correia), concluindo pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça; 1.164/2000 (relator: redistribuído ao Deputado Eduardo Brandão),

concluindo pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial: é lido o parecer do relator e é concedida vista da proposição ao Deputado Rogério Correia; 1.229/2000 (relator: Deputado Rogério Correia), concluindo pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde; 1.233/2000 (relator: Deputado Rogério Correia), concluindo pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 3; 1.246/2000 (relator: Deputado Dilzon Melo), concluindo pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 2 e 3 e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, Ciência, Cultura e Tecnologia; 1.250/2000 (relator: redistribuído ao Deputado Rogério Correia), é concedido o pedido de prazo regimental pelo relator; 1.255/2000 (relator: redistribuído ao Deputado Eduardo Brandão), concluindo pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; 1.300/2000 (relator: Deputado Ivair Nogueira), convertido em diligência por determinação do Presidente da Comissão; 1.414/2001 (relator: redistribuído ao Deputado Dilzon Melo), concluindo pela aprovação da matéria na forma original. Passa-se, então, à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São aprovados, cada um por sua vez, após discussão e votação, dois requerimentos do Deputado Rogério Correia: um solicitando que se convide o Presidente do BDMG para prestar esclarecimentos acerca de financiamentos considerados de "alto risco", concedidos pelo banco a diversas pessoas e empresas, e outro solicitando a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.250/2000, que dispõe sobre a criação do Banco da Terra, com diversas autoridades e entidades, e um requerimento do Deputado Anderson Adauto, pedindo sejam convidados os Srs. Maurício Guedes de Mello, Diretor-Geral do DER-MG; Nedens Ulisses Vieira Freire, Procurador-Geral de Justiça, e o Conselheiro José Ferraz da Silva, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, para debater o processo de licitação do Terminal Rodoviário de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2001.

Mauro Lobo, Presidente - Anderson Adauto - Rêmolo Aloise - Dilzon Melo - Ivair Nogueira - Luiz Fernando Faria - Rogério Correia.

ATA DA 55ª REUNIÃO Ordinária da comissão de meio ambiente e recursos naturais

Às quinze horas do dia dezessete de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Maria José Hauelsen e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Miguel Martini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.025/2000 (relatora: Deputada Maria José Hauelsen), que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; para turno único do Projeto de Lei nº 1.296/2000 (relatora: Deputada Maria José Hauelsen), que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça; e para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.305/2000 (Relator: Deputado Fábio Avelar), que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à Fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. São votados e aprovados, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 2.041, 2.077 e 2.092/2001. Em seguida, passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições da Comissão. O Presidente procede à leitura de dois requerimentos do Deputado José Milton, em que solicita, seja realizada uma visita da Comissão à Soeicom, em Lagoa Santa. O Deputado Miguel Martini apresenta emenda ao requerimento, para que um representante do Ministério Público e técnicos da FEAM também participem da visita. Submetido a votação, salvo emenda, é aprovado o requerimento. Em seguida, é submetida a votação e é aprovada a emenda. No segundo requerimento solicita-se a realização de reunião da Comissão para se debaterem as denúncias apresentadas sobre as atividades mineradoras da SOEICOM, com representantes da FEAM, da SOEICOM e do Ministério Público, com o Prefeito e o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Lagoa Santa e com os autores das referidas denúncias. O Deputado Miguel Martini apresenta emenda solicitando que a Comissão realize audiência pública, e não reunião com convidados. Submetido a votação é aprovado o requerimento, salvo emenda. Submetida a votação, a emenda é aprovada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001.

José Milton, Presidente - Maria José Hauelsen - Miguel Martini - Fábio Avelar.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial das Multas

Às quinze horas do dia dezessete de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Bejani, Ambrósio Pinto e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente também o Deputado Antônio Carlos Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alberto Bejani, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ambrósio Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Alberto Bejani, informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e a ouvir o Juiz Doorgal Gustavo Borges Andrada, da Comarca de Uberaba. A Presidência passa à fase de apreciação de proposições da Comissão, quando são aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado Alberto Bejani, em que pede seja enviado pedido de informações ao DNER sobre todas as alterações contratuais ocorridas nos últimos cinco anos nas empresas que compõem o Consórcio Rodovia e, ainda, qual é a empresa proprietária do Radar Velomatic 512; e do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam convidados os Srs. Mário Lúcio de Lima e Manfredo Rudolf Paul a comparecerem perante esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre o assunto. Em seguida, o Deputado Alberto Bejani apresenta aos demais membros da Comissão, fita de vídeo em que demonstra irregularidades nos radares móveis instalados na BR-040. Ato contínuo, tem início a fase de debates, quando a palavra é concedida ao Juiz Doorgal Gustavo Borges Andrada, aos Srs. Mário Lúcio de Lima e Manfredo Rudolf Paul, que fazem denúncias à Comissão e aos parlamentares presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001.

Alberto Bejani, Presidente - Ambrósio Pinto - Sargento Rodrigues.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da CPI do Fundo SOMMA

Às quinze horas do dia dezoito de abril de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Rêmolo Aloise, João Paulo, Anderson Adauto e Luiz Fernando Faria, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Paulo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, informa que a reunião se destina a discutir assuntos pertinentes à Comissão. Ato contínuo, a Presidência torna sem efeito o requerimento do Deputado Anderson Adauto aprovado na reunião anterior, solicitando se peça ao Governador do Estado que não sancione a proposição de lei que dispõe sobre a extinção do Fundo SOMMA, em razão de edição de medida provisória que autoriza a cooperação financeira entre os entes federados, pela ocorrência de erro material. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a se realizar amanhã, dia 19, às 15 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2001.

Rêmolo Aloise, Presidente - João Paulo - Anderson Adauto - Durval Ângelo - Luiz Fernando Faria.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 235ª reunião ordinária, em 25/4/2001

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.631, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 3º e seu parágrafo único e aos incisos V e VI do art. 4º e pela manutenção do veto aos incisos XX, XXII e XXIII do art. 4º.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.632, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 18 e pela manutenção do veto aos §§ 2º e 3º do art. 19.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.682, que determina a inclusão de conteúdos e atividades destinados à formação de motoristas nos currículos do ensino médio. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.691, que institui o parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.687, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 66, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos incisos IV e V do art. 17; aos incisos IX, X e XX do art. 22; aos arts. 47 e 48; ao inciso VII do art. 49; aos §§ 1º e 2º do art. 66 e ao § 2º do art. 86; ao art. 100; ao § 1º do art. 120; aos arts. 169 e 170; aos §§ 7º e 8º do art. 171; ao art. 310; ao parágrafo único do art. 316; aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 325 e aos arts. 335, 339 e 341 e pela rejeição do veto ao inciso I do art. 8º; ao art. 185; à alínea "c" do inciso IV e ao inciso XV, ambos do art. 190; ao § 2º do art. 203 e aos arts. 204, 207, 212, 337 e 338.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.681, que acrescenta dispositivo ao art. 21 da Lei nº 11.539, de 22/7/94, que dispõe sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.689, que acrescenta dispositivos à Lei nº 13.414, de 23/12/99, que cria o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - CODEI. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 65, que altera dispositivo da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da PMMG e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Fábio Avelar opinou pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 64, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos policiais civis e militares, aos militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.607, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão ou entidade sob o controle direto ou indireto do Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto ao art. 4º e pela manutenção do veto aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 5º.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.604, que dispõe sobre procedimentos especiais para prevenção e detecção de casos de Lesão por Esforço Repetitivo - LER. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.605, que dispõe sobre o Programa Permanente de Renda Mínima para a família que se responsabilizar pela guarda de criança ou adolescente abandonados. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.634, que altera dispositivos das Leis nºs 12.730, de 30/12/97; 13.243, de 23/6/99; 12.989, de 30/7/98, e 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.655, que dispõe sobre o controle e o licenciamento dos empreendimentos e das atividades geradoras de resíduos perigosos no Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.661, que dispõe sobre a estruturação e a organização de sistema de referência hospitalar. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.662, que dispõe sobre o Programa Estadual de Saúde Vocal. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.665, que institui o Programa de Higiene Bucal na rede estadual de ensino fundamental. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.692, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 13.496, de 5/4/2000, que dispõe sobre a implantação do Projeto Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI - Cidadão. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.696, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 58ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 25/4/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.325/2000, do Deputado Arlen Santiago; 1.447/2001, do Deputado Paulo Pettersen.

Requerimentos nºs 2.101/2001, do Deputado Álvaro Antônio; 2.103/2001, do Deputado Djalma Diniz; 2.129/2001, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 60ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 25/4/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.162/2000, do Deputado Fábio Avelar; 1.327/2000, do Deputado Dimas Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.316/2000, do Deputado Paulo Piau.

Requerimentos nºs 2.076/2001, do Deputado João Leite; 2.121 a 2.123/2001, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; 2.042/2001, do Deputado João Batista de Oliveira; 2.137/2001, do Deputado Kemil Kumaira; 2.134/2001, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Finalidade: realização de audiência pública para discutir os Programas Lumiar e Luz do Campo e apreciar a matéria constante na pauta.

Convidados: Srs. José Jorge Vasconcelos Lima, Ministro de Minas e Energia; Djalma Bastos de Moraes, Presidente da CEMIG; Gilman Viana Rodrigues, Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG -; Vilson Luiz da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG -; Carlos de Paiva Lopes, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, e Robson Braga de Andrade, Presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Minas Gerais - SINAES.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 67ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 25/4/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.376/2001, do Deputado Agostinho Silveira.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre as atividades do DETEL no Estado, principalmente em relação aos municípios onde não são veiculados os programas regionais gerados no Estado.

Convidados: Srs. Alberto Luiz Santoro Lima, Diretor-Geral do DETEL, e Filocarmo Ferreira Braga, Assessor de Planejamento da Rede Minas de Televisão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.119/2001, do Deputado Kemil Kumaira.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 37ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 26/4/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 25/4/2001, em homenagem aos 100 anos da Editora Vozes.

Palácio da Inconfidência, 24 de abril de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 25/4/2001, destinada à apreciação dos Vetos às Proposições de Lei nºs 14.607, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão ou entidade sob o controle direto ou indireto do Estado; 14.631, que dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado; 14.632, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências; 14.681, que acrescenta dispositivo ao art. 21 da Lei nº 11.539, de 22/7/94, que dispõe sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais; 14.682, que determina a inclusão de conteúdos e atividades destinados à formação de motoristas nos currículos do ensino médio; 14.687, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e dá outras providências; 14.689, que acrescenta dispositivos à Lei nº 13.414, de 23/12/99, que cria o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - CODEI -; 14.691, que institui o parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no Estado; 14.604, que dispõe sobre procedimentos especiais para prevenção e detecção de casos de LER; 14.605, que dispõe sobre o Programa Permanente de Renda Mínima para a família que se responsabilizar pela guarda de criança ou adolescente abandonados; 14.634, que altera dispositivos das Leis nºs 12.730, de 30/12/97; 13.243, de 23/6/99; 12.989, de 30/7/98, e 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências; 14.655, que dispõe sobre o controle e o licenciamento dos empreendimentos e das atividades geradoras de resíduos perigosos no Estado; 14.661, que dispõe sobre a estruturação e a organização de sistema de referência hospitalar; 14.662, que dispõe sobre o Programa Estadual de Saúde Vocal; 14.665, que institui o Programa de Higiene Bucal na rede estadual de ensino fundamental; 14.692, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 13.496, de 5/4/2000, que dispõe sobre a implantação do Projeto de Serviço Integrado de Administração Financeira - SIAFI - Cidadão; e 14.696, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001; e às Proposições de Lei Complementar nºs 64, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos policiais civis e militares, aos militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado; 65, que altera dispositivo da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da PMMG e dá outras providências; e 66, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de abril de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI das Licitações

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Miguel Martini, Antônio Andrade, Bené Guedes, Dilzon Melo, Eduardo Hermeto e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/4/2001, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o relatório final.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Bilac Pinto, Dinis Pinheiro, Doutor Viana e Ermano Batista, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/4/2001, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, no Município de Manga, a paralisação das obras na BR-135, no trecho entre Itacarambi, Manga e Montalvânia. Convidados: Prefeitos Municipais e Presidentes das Câmaras Municipais de Bonito de Minas, Matias Cardoso, Japonvar, Lontra, Pedras de Maria da Cruz, Cônego Marinho, Mirabela, Montalvânia, Januária, Itacarambi, São João das Missões, Manga, Miravânia, Juvenília, Jaíba, Verdêlândia; o Presidente do Tribunal de Contas da União; o Ministro dos Transportes; o Vice-Governador do Estado, o Secretário de Transportes e Obras Públicas; o Diretor Financeiro do DER-MG e os Srs. Walfrido Mares Guia, Márcio Reinaldo, Fernando Dinis, Cleuber Carneiro, Deputado Federais.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2001.

Arlen Santiago, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.314/2000

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.314/2000, do Deputado Márcio Kangussu, tem por objetivo alterar os arts. 1º e 2º da Lei nº 12.735, de 7/11/2000.

Examinado o projeto preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Dando prosseguimento à tramitação do projeto, compete agora a esta Comissão apreciá-lo, atendo-se aos linde estabelecidos no art. 102, XIV, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição objetiva alterar os arts. 1º e 2º da Lei nº 12.735, de 7/11/2000, nos quais foram empregadas inapropriadamente as palavras "comemorando" e "comemoração" ao disciplinar o Dia de Manifestação contra a Exploração Infantil. De fato, em tal data, nada há a ser comemorado. A instituição do marco anual serve, apenas, para lembrar à sociedade que têm de ser empreendidas grandes batalhas para exterminar essa prática, verdadeira chaga em nossa sociedade.

O autor da matéria pretende trocar, no texto da lei, as palavras já citadas por "marcado" e "atividades alusivas", para ser mais fiel à intenção do legislador quando da tramitação do projeto nesta Casa e aos anseios da comunidade.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.314/2000 na forma original.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Bené Guedes, relator - Luiz Menezes.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.353/2001

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O projeto de lei sob comento, do Deputado Sebastião Costa, visa a declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mutum, com sede nesse município.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cumprida agora a este órgão colegiado apreciá-la conclusivamente, nos termos do art.103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em exame tem por finalidade prestar assistência ao excepcional para recuperá-lo e integrá-lo na sociedade. Para a consecução de seus objetivos, organiza escolas, cooperativas e oficinas pedagógicas, além de estabelecer convênios com outras instituições congêneres, órgãos públicos e empresas, no intuito de obter informações e recursos para propiciar uma vida melhor aos excepcionais, assim como suprir as necessidades da instituição.

O importante trabalho que a entidade desenvolve nos leva a conceder-lhe o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Em vista do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.353/2001 nos termos em que foi apresentado.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001.

Luiz Menezes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.413/2001

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O Projeto de Lei nº 1.413/2001, do Deputado Wanderley Ávila, visa a declarar de utilidade pública a Augusta e Respeitável Loja Simbólica Lealdade e Justiça nº 14, com sede no Município de Montes Claros.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e lhe apresentou a Emenda nº 1.

Dando prosseguimento à tramitação da matéria, compete agora a este órgão colegiado apreciá-la, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Augusta e Respeitável Loja Simbólica Lealdade e Justiça nº 14 é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem como finalidade a proteção ao menor e à família, bem como a defesa dos menos favorecidos. Além disso, visa à investigação permanente da verdade e ao aprimoramento constante do ser humano, buscando, com isso, conter a ignorância e o vício.

Pelos princípios que norteiam a entidade, acreditamos ser ela merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.413/2001 com a Emenda nº 1, determinada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001.

Luiz Menezes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.424/2001

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão, o projeto de lei em análise visa a declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Itapagipe, com sede nesse município.

Examinado preliminarmente o projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos que desenvolve atividades de caráter essencialmente assistencial. Conforme indica a própria denominação da entidade, ela está voltada para a promoção e a integração do excepcional na sociedade, por meio da criação de estabelecimento de ensino especializado. Além disso, ela orienta e auxilia os pais e as pessoas em geral no relacionamento com o indivíduo excepcional.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.404/2001 na forma proposta.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001.

Bené Guedes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.435/2001

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, da Deputada Maria José Haueisen, visa a declarar de utilidade pública o Lar Maria Clara, com sede no Município de Contagem.

Submetida a matéria preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Lar Maria Clara objetiva manter estabelecimentos destinados a abrigar pessoas a partir de 60 anos de idade, prestando-lhes assistência moral e espiritual.

Propugna também pela assistência médica e odontológica de famílias carentes, além de prestar serviços de reabilitação de pessoas portadoras de deficiência física.

Pela importância que representa o trabalho da instituição, justo e meritório se faz o título que se lhe pretende outorgar.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.435/2001 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001 .

Luiz Menezes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.436/2001

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O projeto de lei ora analisado, do Deputado Marco Régis, pretende declarar de utilidade pública a Assistência Social Emanuel - ASE -, com sede no Município de Poços de Caldas.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, implementando-lhe modificação, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Assistência Social Emanuel presta relevantes serviços de cunho social à coletividade. Desenvolve trabalho com menores carentes, para que amparados alcancem a realização de seus potenciais morais, sociais e espirituais; ampara os idosos desassistido e presta assistência a famílias carentes, atendendo a suas necessidades nas áreas de alimentação e saúde.

Fica demonstrado, pois, que o trabalho realizado pela instituição a torna merecedora do título declaratório de utilidade pública ora proposto.

Conclusão

Em vista do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.436/2001 com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001.

Bené Guedes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.438/2001

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

O projeto de lei em tela é do Deputado Geraldo Rezende e tem por objetivo declarar de utilidade pública o Grupo de Oração Maranathá, com sede no Município de Uberlândia.

Coube à Comissão de Constituição e Justiça examinar preliminarmente o projeto, oportunidade em que o considerou jurídico, constitucional e legal.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme dispõe o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Grupo de Oração Maranathá é uma sociedade civil sem fins lucrativos, foi instituída com a finalidade de bem servir às pessoas carentes da comunidade. Por meio de trabalhos manuais e terapia ocupacional, entre outras atividades, busca orientar o indivíduo para uma vida melhor e mais digna.

Evidencia-se, portanto, o trabalho humano e solidário desenvolvido pela instituição, o que justifica sua declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.438/2001 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001.

Luiz Menezes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.443/2001

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Antônio Júlio, visa a declarar de utilidade pública a Associação do Desenvolvimento Comunitário de Mucambo Vovó Emília, com sede no Município de Baldim.

Preliminarmente, foi a matéria encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou-lhe a Emenda nº 1. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade mencionada no relatório presta relevantes serviços de caráter social à comunidade de Baldim.

Entre suas atividades, destaca-se a formação de lideranças jovens competentes e dinâmicas que possam trabalhar em prol dos menos favorecidos. Também estimula e promove o conagração das famílias residentes no local denominado Mucambo, lutando pela elevação dos padrões morais e culturais da população, fortalecendo o espírito de colaboração mútua e solidariedade humana.

Evidencia-se, portanto, o trabalho humano e solidário desenvolvido pela instituição, o que justifica sua declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.443/2001 com a Emenda nº 1, oferecida pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.447/2001

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O projeto de lei em análise, do Deputado Paulo Pettersen, objetiva dar a denominação de Escola Estadual Anita Brina Brandão à Escola Estadual Kennedy.

Examinado o projeto preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou-lhe a Emenda nº 1, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Atendendo aos anseios da comunidade, a proposição sob comento tem por objetivo conferir nova denominação à Escola Estadual Kennedy, para homenagear a Profª Anita Brina Brandão, saudosa profissional da área de educação, pessoa digna de admiração pelo respeito que sempre demonstrou pelo ensino, por seus alunos e por toda a comunidade.

A matéria é conveniente e oportuna, pois é inquestionável a vocação daquela que queremos homenagear. Tendo dedicado sua vida ao magistério, foi a primeira diretora da Escola Estadual Kennedy, permanecendo nesse cargo por mais de 30 anos, muito tendo contribuído para a sua organização e expansão.

Corroborando as palavras acima, acompanha a matéria um abaixo-assinado, com milhares de assinaturas, da comunidade do Bairro Jaraguá.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.447/2001 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001.

João Pinto Ribeiro, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Resolução Nº 1.355/2001

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Relatório

De autoria do Deputado Durval Ângelo, a proposição em tela aprova convênio celebrado entre os Municípios de Contagem e de Betim, para modificação de limite territorial.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 22/2/2001, a proposição foi distribuída preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Vem, agora, o projeto a esta Comissão, para receber parecer de mérito.

Fundamentação

O projeto de lei sob exame visa a aprovar o convênio celebrado entre os Municípios de Contagem e de Betim, para modificação de limite territorial.

A regularização dos limites divisórios entre os municípios em questão, estabelecidos no projeto, resulta do entendimento firmado entre as autoridades locais. O projeto tem por finalidade evitar a ocorrência de problemas administrativos e tributários, que trazem repercussões negativas para a população limítrofe.

É importante salientar que o crescimento demográfico, a expansão industrial e as intempéries, no decorrer do tempo, acabaram por suscitar a alteração dos limites territoriais originários. Com efeito, o estabelecimento de novos marcos divisórios para pôr fim aos conflitos administrativos e tributários na região se faz premente e necessário, conforme postulado.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 1.355/2001.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2001.

Dimas Rodrigues, Presidente - Ailton Vilela, relator - Pedro Pinduca.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

232ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 18/4/2001

O Deputado João Pinto Ribeiro - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assumo a tribuna na tarde de hoje para comentar e fazer um alerta a todas as autoridades deste País, principalmente àquelas ligadas ao setor de saúde dos Governos Federal, Estadual e Municipal, sobre a lentidão na marcação de consultas pelo SUS. Essa demora tem provocado a morte de muitas pessoas, especialmente as vítimas de câncer de mama, de próstata, que precisam de atendimento imediato. As marcações de consulta, que são feitas com dois meses, três meses e até seis meses de antecedência, algumas vezes, impedem que as pessoas sejam atendidas a tempo de se curar.

Retorno a esta tribuna para trazer esse alerta e fazer o mais veemente apelo que possa conseguir.

Sinto informar a todos vocês que, segundo pesquisas recentes de entidades sérias e comprometidas com a saúde da população, antes que eu termine este pronunciamento, será anotada a ocorrência de um novo caso de câncer de mama, um dos maiores fatores de morte de mulheres no Brasil.

Se levarmos em conta um pouco mais de tempo, também será noticiado o diagnóstico de mais um homem com câncer de próstata, por sua vez, uma das causas preponderantes de mortes masculinas no País.

Qual seria o elo de ligação entre esses dois graves problemas de saúde pública dos nossos dias?

O ponto comum entre essas estatísticas preocupantes está localizado na rede de atendimento na área de saúde, isto é, nas dificuldades encontradas pelos órgãos do Governo em oferecer assistência adequada à população, pois o aspecto crucial da prevenção a essas doenças tão devastadoras é o diagnóstico médico em tempo hábil para o tratamento. Se o mal é descoberto no princípio, a medicina dispõe de meios para enfrentá-lo e, em muitas situações, até vencê-lo.

Para ser mais exato, transmitimos os dados do Instituto Nacional do Câncer - Divisão de Informação do PRO-ONCO: as estimativas apontam o número aproximado de 30 mil ocorrências de câncer de mama por ano, o que representa um novo caso a cada 17 minutos. O câncer de mama constitui a primeira causa de morte por câncer nas mulheres brasileiras, calculando-se uma média de 6 mil óbitos por ano.

Num pequeno esforço de imaginação, poderíamos enxergar, nesse grupo, quantas mães de família, quantas mulheres desdobrando-se em jornadas duplas de trabalho, como verdadeiras bases de sustentação das famílias, ponto de apoio fundamental na criação dos filhos e da estabilidade conjugal, estão sendo atingidas. Quando a tragédia dessa doença se abate sobre um lar, o efeito é terrível e atinge a todos.

Da mesma forma, sendo mais específico sobre o problema do câncer da próstata, segundo os estudos médico-científicos, ocorrem cerca de 15 mil casos, anualmente, em nosso País. A doença é a terceira maior causa de mortes masculinas, chegando esse número a cerca de 7 mil casos fatais por ano. Mais uma vez, poderemos visualizar nesse enorme contingente de cidadãos, os trabalhadores brasileiros, chefes de família, pais e responsáveis pelos lares, pessoas importantes que participam das atividades produtivas da indústria e do comércio.

Quando fazemos esse exercício de imaginação, sensibilizamo-nos com a verdadeira calamidade que esses problemas da saúde pública representam, pois, na verdade, eles nos dirigem para as verdadeiras causas do mal, que se encontram, sem dúvida, na precariedade do atendimento público em nosso País.

Todos os dados sinalizam para a necessidade da prevenção e do diagnóstico precoce das doenças como fatores decisivos no tratamento e na cura. É aqui que nos deparamos com outro fato preocupante, uma situação muito comum no dia-a-dia da população, nos ambientes onde o poder público oferece os serviços de saúde. Quando o cidadão procura o posto de saúde da Prefeitura ou do Estado, seja ele uma unidade do SUS, um hospital ou ambulatório, o que acontece, normalmente?

A grande demanda da população carente forma as imensas filas à porta dos centros de saúde, e os horários de consulta passam a se tornar oportunidades muito disputadas, estendendo-se no tempo e no espaço. As consultas são marcadas para dois ou três meses depois da data em que o usuário necessitado procurou o atendimento. Não é difícil perceber a triste continuação dessa história: quando, finalmente, o paciente consegue a atenção do médico, o mal já avançou em seu organismo, tornando mais difícil o tratamento e, muitas vezes, quase ineficiente.

Nesse ponto, compreendemos claramente a necessidade de o Estado preocupar-se com seriedade em prestar um serviço mais eficaz, multiplicando as oportunidades de assistência e garantindo maior velocidade no atendimento.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte) - Parabenizo V. Exa. pelo brilhante pronunciamento. Essa questão do câncer de útero, de mama, de próstata e do câncer em geral é uma grande preocupação de todos nós. Na realidade, apesar de haver um projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade de o SUS realizar, nos centros de saúde, o exame preventivo de câncer de útero e de mama, estamos cientes das dificuldades que V. Exa. expôs muito bem em seu pronunciamento, com relação à demora de até 60 dias para se conseguir uma consulta. Ressalto que, na realidade, vivemos em um País onde a grande maioria das mulheres sequer sabem que há exames preventivos para essa doença. Um grande contingente de mulheres morre por absoluto desconhecimento do assunto. É de fundamental importância que o poder público esteja equipado para informá-las, elaborando campanhas e promovendo o atendimento preventivo tanto com relação ao câncer de mama e de útero quanto ao de próstata. Parabéns. Registro o irrestrito apoio da Bancada do PSB. Muito obrigada.

O Deputado João Pinto Ribeiro - Obrigado, nobre Deputada Elaine Matozinhos, que acompanha atentamente todos os acontecimentos sociais do nosso Estado. Esse assunto também tem sido motivo de sua preocupação. Neste momento, alio-me a todos aqueles que acompanham o processo relativo a esse terrível mal que aflige a nossa sociedade. Somente assim, poderão ser mudadas essas estatísticas que ofendem a sociedade brasileira nos seus valores humanos e cristãos.

Faço um apelo às autoridades do Governo, nos níveis federal, estadual e municipal, no sentido de que sejam sensíveis ao sofrimento da comunidade, assumindo a responsabilidade por esses problemas e procurando soluções urgentes para essa questão.

De minha parte, estou solidário com todos os que lutam pela bandeira de um melhor atendimento na área da saúde, prontificando-me também a participar de todos os movimentos da Assembléia de Minas, que se esforça no mesmo sentido.

Portanto, agradeço ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados, renovando esse nosso apelo a todos aqueles responsáveis pelo sistema de saúde do nosso País, em prol de um assunto tão importante para a vida do nosso povo. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia, nobres membros da Mesa Diretora, Srs. Deputados e demais autoridades, boa tarde. Neste momento, quero manifestar-me sobre o fato de estarem sendo feitas algumas denúncias graves, infundadas, que estão prejudicando a atual administração do IPSEMG.

Causaram-nos preocupação as denúncias de superfaturamento do IPSEMG, veiculadas recentemente pela imprensa. Parece-nos que se trata de uma cortina de fumaça para encobrir os objetivos políticos daqueles que trabalham pela extinção do Instituto. Vale ressaltar que o IPSEMG é uma sólida instituição e um patrimônio dos servidores, construído com as contribuições descontadas mensalmente dos salários dos funcionários e que há 89 anos atende à categoria.

Infelizmente, o que podemos constatar é que os técnicos do governo, principalmente da SERHA, insistem na tese de acabar com o IPSEMG. Neste sentido, contrariam até o Governador Itamar Franco, que, durante a campanha eleitoral, assumiu o compromisso de repassar as contribuições para o Instituto, em dia. Por sinal, temos informações de que está cumprindo a promessa.

E não se trata de conjecturas. Os fatos mostram claramente tal intenção de determinados setores do governo. Primeiro, tentaram subordinar o IPSEMG à SERHA, no projeto da reforma administrativa, encaminhado a esta Casa, no final do ano passado. Agora, o Secretário Frederico Penido apregoa que o pagamento dos aposentados e pensionistas é responsável por déficit mensal de R\$210.000.000,00 nas contas do Estado.

Mas as contas não fecham. Vejam bem. O IPSEMG pagou, durante o ano passado, R\$294.120.000,00 para 40.500 pensionistas. A folha mensal atual é de R\$26.600.000,00. O Instituto investiu R\$193.700.000,00 na área Saúde. E ainda teve um superávit financeiro de R\$57.500.000,00, recurso que está sendo utilizado para recompor sua reserva técnica.

Dessa forma, a administração do IPSEMG está provando que o Instituto é perfeitamente viável. Mas parece que não basta. Os técnicos da SERHA tentam, de todas as formas, emplacar o princípio neoliberal de que tudo o que é lucrativo no serviço público tem que ser privatizado.

E nos estarrecem, ainda mais, as posturas de servidores, inclusive do próprio IPSEMG, que têm visão mercantilista, rechaçam as iniciativas de profissionalismo no serviço público e querem utilizá-lo apenas como trampolim político e garantia de aposentadoria integral e pensão para seus dependentes.

Assim, quando o atual Presidente da Instituição, João Diniz Pinto Júnior, passou a exigir cumprimento de jornada de trabalho e a punir maus servidores, inclusive maus médicos do Instituto, conquistou uma oposição barulhenta. Essa mesma oposição tenta, então, fabricar, a qualquer custo, uma SUDAM no IPSEMG.

O Presidente do IPSEMG, prontamente, explicou o que aconteceu no caso das faturas do BIOCOR. Houve um erro do hospital, ao cobrar mais pelos materiais e medicamentos usados nas cintilografias realizadas em janeiro de 2000. O revisor farmacêutico errou ao deixar de glosar esse valor, e o IPSEMG pagou mais.

Mas, por outro lado, pergunto: o que fez o médico Fernando Elói que, na época, gerenciava a Divisão de Assistência Descentralizada à Saúde, na Capital? Qual a orientação dada por ele aos seus funcionários? O que fizeram para zelar pelo dinheiro do Instituto?

A primeira atitude pode até ser louvável, pois levou o caso ao conhecimento do Diretor de Saúde, Oswaldo Fortini, que comunicou ao Presidente. No mesmo dia, João Diniz determinou a realização de auditoria interna e, na segunda-feira, dia 2, foi pedida ao Desembargador Ayrton Maia auditoria externa.

Mas o que queriam era fazer barulho. Não aguardaram nem mesmo os resultados das auditorias nem a dedução do pagamento de abril, de R\$55.000,00 do que foi pago a mais. Rapidamente, foram para a imprensa desqualificar os trabalhos dos auditores internos, colocando em dúvida até a atuação da Auditoria-Geral do Estado.

E este cidadão, o médico Fernando Elói, ainda deixou nas entrelinhas que sua exoneração havia sido causada pela denúncia. Não é verdade. Quando tudo aconteceu, o Diretor de Saúde, Oswaldo Fortini, já havia pedido a substituição dele. Na realidade, Fernando Elói "apostilou": conquistou o direito de incorporar aos seus vencimentos a gratificação do cargo comissionado. Sendo assim, sua saída nada tem a ver com a denúncia.

Causa estranheza, ainda, a dimensão dada à extinção do contrato com a FHEMIG, o qual, por sinal, já havia sido considerado irregular pelo Ministério Público e já tinha previsão de término no ano que vem. Obviamente, não se trata de minimizar o problema do desemprego. Mas ninguém pode negar que o ingresso no serviço público somente após aprovação em concurso tem sido arduamente defendido, inclusive aqui, nesta Casa.

O IPSEMG é o único órgão do Estado que realizou o concurso público; está nomeando os aprovados para as 1.404 vagas. Os concursados começaram a trabalhar, desde julho do ano passado, no Hospital Governador Israel Pinheiro, do IPSEMG. Sendo assim, o Presidente do órgão determinou, desde setembro, a substituição gradual dos contratados da FHEMIG pelos concursados. Mas o Superintendente Hospitalar na época, Manoel Luiz da Silva Cataldo, não tomou providências. Como não implementou a medida, naturalmente foi feita a substituição.

Lamentável é que os sindicalistas que representam os servidores não entendam as mudanças no IPSEMG, como melhorias na qualidade de atendimento e uma administração séria e mais profissional. Erros e denúncias devem, é claro, ser apurados. Essa é, por sinal, uma de minhas maiores bandeiras no Legislativo. Nesse sentido, os casos já foram levados ao Ministério Público. Mas a atual administração do IPSEMG não vê necessidade de fazer alarde de seus atos.

Também estranhamos que esteja sendo questionado um dos melhores programas de atenção à saúde já disponibilizados para os servidores mineiros: o IPSEMG-Família. Está proporcionando assistência personalizada aos funcionários e seus dependentes, inclusive em algumas cidades do interior, onde não teriam condições de acesso à assistência psicológica. Assim, seria mais aconselhável que, em vez de acreditar em boatos, aqueles que criticam procurassem informações mais precisas, junto à administração do IPSEMG.

Foi o que fiz. Tomei conhecimento de que o IPSEMG-Família trabalha com 297 profissionais de saúde credenciados, divididos em 55 equipes. Trabalham em seus consultórios ou atendem os servidores em seus locais de trabalho e em suas casas, permanecendo à disposição, 24 horas, inclusive aos domingos e nos feriados. Os deslocamentos são feitos em carros particulares, uma vez que os credenciados não possuem vínculo empregatício com o Instituto.

Os profissionais são remunerados por produtividade, ou seja, têm que atender para receber, e se os atendimentos não forem feitos a contento podem ser substituídos imediatamente. Ao ser feito o atendimento, o segurado assina uma ficha sobre como foi atendido.

O teto salarial do profissional credenciado é de R\$3.000,00, mas não significa que todos recebam, mensalmente, esse valor. Vai depender da demanda. No mês de março, o IPSEMG pagou R\$421.980,00 para esses profissionais, o que significa uma média de R\$1.512,00 para cada.

O Programa, portanto, não custa R\$9.000.000,00 por mês, como foi erroneamente divulgado, nem o IPSEMG está substituindo contratados da FHEMIG por profissionais que

recebem altos salários.

Recebi manifesto das equipes do programa IPSEMG-Família do Vale do Aço, em que destacam avanços, em relatórios do programa na região.

Sendo assim, não tenho dúvidas de que, também no que se refere ao caso do BIOCOR, após as auditorias, a direção do IPSEMG tomará todas as providências administrativas e legais cabíveis, punindo os responsáveis por qualquer lesão ao patrimônio público.

Hoje temos na direção do IPSEMG dois companheiros sindicalistas da mais alta seriedade: Júnior, grande combatente, lutador na defesa dos próprios servidores do IPSEMG, deixou a Presidência do sindicato para assumir a direção do Instituto; e o Braga, militante do Sind-UTE.

Todos podemos constatar que a situação de caos em que se encontrava o IPSEMG melhorou muito: é só vermos o retorno em nossas cidades do interior. Por isso, viemos a público para dizer claramente que, se há alguma irregularidade no BIOCOR - e tudo indica que sim - e superfaturamento em algumas áreas do interior, as auditorias internas já estavam sendo feitas, por determinação do próprio companheiro Júnior, do IPSEMG. É o que queríamos deixar claro, na defesa de um patrimônio dos servidores.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)* - Gostaria, apenas, de me solidarizar com o pronunciamento de V. Exa. e de fazer minhas as suas palavras. Acho que é exatamente isso, mas há dois aspectos preponderantes em todas essas questões que estão sendo levantadas, as quais, evidentemente, a auditoria há de trazer às claras. O primeiro é que, realmente, este Governo está resgatando o IPSEMG; o segundo é que ele o faz por meio do Júnior e do Braga, pessoas cuja responsabilidade atesto. Atesto e assino embaixo: são pessoas responsáveis e sérias; portanto - temos certeza -, irão a fundo nessas questões, para esclarecê-las e fazer com o Instituto o que desejamos: resgatá-lo para nós, mineiros. Obrigado. Parabéns, ilustre Deputado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Parabenizando-o pela iniciativa de esclarecer esse fato, gostaria de chamar a atenção para o fato de que houve um processo de completa inovação no IPSEMG, até mesmo na nomeação de seu Presidente, Júnior, e da equipe composta, como lembrou V. Exa., pelo companheiro Braga.

Durante a campanha, o Governador assumiu o compromisso de deixar o IPSEMG sob a direção de trabalhadores do próprio Instituto - antiga reivindicação dos sindicatos de servidores públicos, de maneira geral. Mas isso desagradou a alguns; até mesmo, Deputado - e era para isso que gostaria de chamar a atenção -, a alguns de dentro do Governo, que sonham em voltar com o que existia antes: o dinheiro do IPSEMG no caixa único do Estado, o que acabava com qualquer hipótese de administração do Instituto.

Portanto, a entrada do Júnior, do Braga e de outros companheiros que compõem a direção foi, exatamente, uma garantia de que o Governo - que, aliás, assim está fazendo - colocaria esse dinheiro à disposição do IPSEMG, e não no caixa único do Estado, como aconteceu durante todo o Governo Azeredo.

Então, quero parabenizar V. Exa., lembrando que, certamente, toda denúncia deve ser investigada, mas é preciso saber quem faz a denúncia e o que está por trás dela. Obrigado.

O Deputado Cristiano Canêdo (em aparte)* - É só para destacar o seu pronunciamento a respeito do Ipsemg Família e ressaltar, além do Presidente Júnior e do Braga, a presença atuante do Diretor de Saúde Osvaldo, que recebeu as denúncias e prontamente as encaminhou ao Presidente, para que se desse início ao processo de apuração das irregularidades.

O Deputado Durval Ângelo - Fiz questão de fazer esse registro, porque foi uma pessoa com quem conversamos antes de fazer esse pronunciamento; mas só conheço pessoalmente os dois sindicalistas.

Há dias estou querendo falar sobre os últimos pronunciamentos do Deputado Irani Barbosa, em que comentou fatos que envolvem os dois Promotores de Neves, Rodrigo e Leonardo, e o Juiz Eleitoral Wenderson Souza Lima; ainda hoje, farei um pronunciamento de desagravo à intervenção do Deputado, porque acho que o que aconteceu foi descabido e injusto e merece reconsideração. Vou-me inscrever no tempo de Liderança, para que possa voltar a essa questão.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, público presente e telespectadores, quero dar continuação à discussão levantada pelo Deputado Durval Ângelo, dizendo que conheço o Dr. Osvaldo Fortini há anos, foi meu aluno na Faculdade de Medicina, em Barbacena.

Venho acompanhando os seus trabalhos como pneumologista e, agora, como Diretor de Saúde do IPSEMG. Quero falar sobre o apoio e o aplauso que ele teve nesta Casa, no final do ano passado, quando da realização do seminário sobre o IPSEMG. O Dr. Osvaldo Fortini foi aplaudido pelos servidores do Estado de Minas Gerais, quando apresentou um estudo de atendimento do IPSEMG relativo a assistência médica ambulatorial e hospitalar.

Também tivemos a preocupação de conhecer um pouco melhor a questão do IPSEMG que está no noticiário, nesses últimos dias, sobre a iniciativa pronta, imediata de levar ao Diretor do IPSEMG, o Júnior, as denúncias que ele recebeu. Isso demonstra a atitude de quem zela pela probidade administrativa, de quem zela pela causa pública. Ele é um testemunho vivo, como o Deputado Durval Ângelo disse, e quero confirmar a fala do Deputado, pois tivemos contato com o Dr. Osvaldo Fortini e tivemos a informação de que ele, prontamente, entregou isso ao Diretor do IPSEMG.

As denúncias são graves. Há a questão do superfaturamento dos exames de cintilografia no BIOCOR, do superfaturamento das cirurgias feitas em hospitais de Montes Claros. É na área da saúde que as coisas vêm acontecendo. Tivemos, no ano passado, denúncias com relação à FUNED, à FHEMIG, e foi instaurada uma CPI para averiguar esses fatos. Agora, novamente na área da saúde, já que é questão da assistência à saúde, há denúncias, também, de superfaturamento.

Então, não podemos deixar de averiguar isso, não podemos deixar de investigar isso. Por isso, na nossa reunião da CPI, estaremos discutindo essa questão do IPSEMG para poder colocá-la na pauta. Esta Casa tem que dar a resposta. A auditoria é extremamente importante, mas esta Casa não pode fugir ao seu dever de fiscalizar essa questão, que é grave, tornou-se pública e não pode continuar.

Também é importante dizer aos senhores que a CPI da Saúde precisa ser prorrogada. Segundo seu Presidente, Deputado Hely Tarquínio, parece haver dificuldade para que algumas Lideranças de partidos assinem a prorrogação da CPI. Solicitamos e insistimos com os Líderes partidários: que, em um Colégio de Líderes, eles permitam a prorrogação da CPI, porque esse fato novo do IPSEMG deve ser investigado por ela. Mas o seu tempo está esgotando, e, com esse tempo exíguo, não podemos fazer a investigação necessária, ajudando, aliás, a própria auditoria do Estado nas investigações dos novos fatos com relação ao IPSEMG.

Então, solicitamos aos Líderes partidários desta Casa que assinem a prorrogação da CPI da Saúde, que, até o momento, já ouviu 59 pessoas e está, desde agosto, em um trabalho intenso de investigação, de aprofundamento nas entranhas do Estado, tentando conhecê-las, especialmente a área da saúde.

Outro assunto que abordarei diz respeito àqueles 19 trabalhadores sem terra mortos, há cinco anos, em Eldorado dos Carajás. Aquilo aconteceu devido aos gravíssimos problemas do campo. A grande maioria dos Deputados desta Casa convive com tais problemas, que são conseqüência da ausência de um projeto para o desenvolvimento da zona rural e da falta de investimento dos Governos Federal e Estadual na agricultura e na pecuária. Portanto, não existe projeto agrícola oriundo da União ou do Estado nos últimos anos. A EMATER foi criada a partir de uma experiência inovadora, que serviu de modelo para todo o País. No entanto, os governos, há 12 ou 15 anos, vêm destruindo aquela instituição tão importante para o desenvolvimento agrícola.

No campo, estão os problemas. Lá, vivem aqueles que não têm um pedaço de terra para plantar o seu sustento e construir sua casa. De lá, partem os problemas enfrentados pelas cidades. Na busca do Eldorado, dos sonhos é que se multiplicam os aglomerados, as vilas e as favelas. A falta de política agrária consistente, voltada para a produção, para a geração

de empregos, de riquezas, para a fixação do homem no campo causa tantos conflitos, tanta violência. Por isso, tantos trabalhadores sem terra são sacrificados. Não têm terras porque não lhes foi dada essa oportunidade; porque as sesmarias deste Brasil colônia permanecem, como concepção de Estado; porque ainda não foi feita a reforma agrária necessária, que tantos outros países - mesmo sul-americanos - fizeram. Acreditávamos que isso poderia ocorrer devido à visão sociológica de um Presidente. No entanto, não aconteceu e não acontecerá.

Em Minas Gerais, 5.500 famílias estão sob lonas, há mais de três anos, esperando o assentamento, esperando a oportunidade de plantar a vida e o futuro em um pedaço de terra. Infelizmente, o Governo Federal não está atendendo a tais necessidades, devido a problemas como o sucateamento do INCRA e de outros instrumentos responsáveis pela reforma agrária no País.

Com muita tristeza, percebemos que, em 2001, nenhuma família foi assentada em Minas Gerais. No entanto, em contrapartida, milhares de famílias estão deixando o campo. Os Deputados que tiveram a oportunidade de, nas últimas eleições municipais, visitar essas regiões, perceberam que as cidades pequenas estão ficando cada vez menores quanto ao número de habitantes, porque as famílias estão procurando as cidades médias.

Essas famílias já não procuram as metrópoles, mas cidades pequenas. As cidades que têm de 50 mil a 100 mil habitantes estão sofrendo com o êxodo rural, por falta de perspectiva de vida. E, aí, a contradição em Minas Gerais: o Governo Federal exclui Belo Horizonte e outras cidades grandes das verbas para as vilas e favelas. Por que somente Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e outros Estados podem receber recursos para vilas e favelas? Não são bastantes as 480 mil famílias de mineiros que vivem nos aglomerados somente de Belo Horizonte? É pouco para o Governo Federal, quando se constata que, no aglomerado do Santa Lúcia, onde estaremos semana que vem, fazendo audiência pública, nos últimos três anos, morreram 90 jovens? São 30 mortes a cada ano, e 1 morte a cada 12 dias.

Ora, senhores, esse é o problema social, esse é o problema da ausência do Estado, esse é o problema que não é somente de uma prefeitura, não é somente de um município como Belo Horizonte, porque não é ele o culpado dos aglomerados e do êxodo rural, mas é o Estado, é a União e é a ausência de políticas de geração de renda, de educação, de emprego, de saúde, de saneamento básico e de tantas outras políticas sociais.

Por isso, nós, da Comissão de Direitos Humanos, encaminhamos e aprovamos um requerimento dirigido ao Governo Federal, solicitando que Belo Horizonte seja incluída no projeto de recursos para vilas e favelas. Estaremos aqui, se Deus quiser, aprovando esse requerimento.

Enfim, é necessário que todos nós estejamos juntos nessa questão. Não se pode construir um "apartheid" entre o campo e a cidade. Mas, infelizmente, não temos políticas sociais nem para o campo nem para a cidade.

Pior ainda, como a cidade está na luz, como a cidade está no foco, como a cidade é um espelho dos problemas e é onde ficam as rádios, as televisões e os grandes jornais, ali se noticia, no dia-a-dia, o sofrimento das pessoas, o problema da violência, o problema da marginalidade e tantos outros.

Infelizmente, nas pequenas cidades, deixam de chegar muitas notícias, são muitos os sofrimentos acalentados dentro das próprias casas ou em um lugarejo qualquer. Mas a falta de perspectiva é tão grande quanto a dos jovens e adultos das favelas das grandes cidades. E, não havendo uma política que olhe o Estado como um todo, esses problemas não terão solução.

O MST, quando coloca o dia 18 como o dia da luta, como lembrança de um dia tão ruim, que foi a morte de trabalhadores, coincidentemente, o Governo Federal não repassa para Minas Gerais recursos para cuidar das vilas e favelas, que são o retrato e a consequência da falta de política social no campo e nas grandes cidades. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar o Deputado e companheiro de partido Edson Rezende, que muito bem falou sobre Minas Gerais, mais uma vez, ter sido discriminada pelo Governo Federal. No dia 11, quarta-feira, antes do recesso da Semana Santa, tive a oportunidade de me pronunciar a respeito desse assunto, para dizer que Minas não pode calar. Minas precisa reagir, por meio de suas lideranças políticas, à retaliação feita pelo Governo FHC com relação às verbas que seriam enviadas para as favelas, especialmente, de Belo Horizonte. Minas não pode se calar diante de um absurdo tão grande. Os nossos parabéns ao Deputado Edson Rezende.

Sr. Presidente, o assunto que nos traz à tribuna é delicado, mas não podemos deixá-lo passar em brancas nuvens. O fato ocorreu por volta das 2h30min de hoje. A imprensa ainda não publicou nem registrou o acontecido. O fato aconteceu com o Soldado Fernando Antônio Lopes Carvalho, de 33 anos, lotado na 97ª Companhia de Polícia Militar, sediada em Viçosa, com 15 anos de serviços prestados à corporação, casado, pai de dois filhos - 1 ano e 4 anos. O Soldado Fernando estava de serviço de guarda da cadeia quando foi dominado por três presos, após terem elas serrado as grades do estabelecimento. Os presos tomaram sua arma e efetuaram dois disparos contra o Sargento, tendo um atingido a cabeça, e o outro, o abdômen. Em seguida, fugiram levando a arma do policial.

O Soldado Fernando Antônio está internado em coma no CTI do Hospital Arnaldo Gavaza, em Ponte Nova, com traumatismo craniano, em estado gravíssimo. Um dos presos, ao ser recapturado, trocou tiros com a polícia e veio a falecer.

O fato ocorreu por volta das 2h30min de hoje, e apenas dois policiais estavam em serviço na cadeia pública de Viçosa. A cadeia tem capacidade para 35 e está com 78 presos.

Segundo o Capitão Moisés, Comandante da Companhia, essa cadeia já foi manchete de vários jornais devido à precariedade e insegurança em que se encontra e já está interditada há seis anos. A construção da nova cadeia, que já está com 70% das obras concluídas, foi suspensa por falta de interesse dos órgãos competentes.

Outro fato que vale destacar é que, no dia 11/2/2001, o Sargento Jackson fazia observação no horário de visitas, de cima da laje (único local que dá visibilidade para o policial fazer essa segurança externa da cadeia pública), e, ao descer, devido ao fato de não ter escadas, caiu e quebrou a 12ª vértebra. Permanece internado no Hospital da Polícia Militar e corre sério risco de ficar paraplégico.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, há pouco tempo, estivemos, junto com a Comissão de Direitos Humanos, visitando a Delegacia de Tóxicos e a Divisão de Crimes contra o Patrimônio, a chamada Furtos e Roubos, e encontramos o mesmo quadro. A Divisão de Tóxicos vive situação mais delicada, porque é cadeia que comporta apenas 28, mas tem 261 presos. A população está bastante apreensiva. Temos ali policiais civis que ficam tomando conta daqueles presos, tomando conta de um barril de pólvora, que pode explodir em suas mãos a qualquer momento. Por que um barril de pólvora? Os primeiros seres humanos que serão atingidos em uma rebelião, com certeza, são os policiais civis de plantão na Delegacia de Tóxicos. Posteriormente, a população, porque a Divisão de Tóxicos está localizada no Bairro Nova Gameleira. Além do Nova Gameleira, temos o Bairro Nova Cintra, o Salgado Filho, o Vila Oeste, o Dom Cabral, que também estão próximos daquela delegacia. Numa fuga, certamente, as primeiras vítimas serão os policiais; depois, no segundo momento, os moradores desses bairros onde está localizada a delegacia.

Estamos ocupando esta tribuna para sensibilizar, mais uma vez, o Governador Itamar Franco, a fim de que possamos redistribuir esses presos. Sabemos muito bem que, do ponto de vista humano, já deveríamos ter transferido esses presos para as penitenciárias, já que o maior bem jurídico que temos é a vida. Assim como o Secretário da Segurança Pública, Dr. Márcio Barroso Domingues, assim como o Diretor-Geral da Polícia Federal em Minas Gerais, Dr. Scalizi, defendendo que os presos da Divisão de Tóxicos já condenados pela justiça sejam transferidos para as penitenciárias.

Para que tenham noção do que estamos falando, se formos dividir o espaço físico das celas onde estão 261 presos na Divisão de Tóxicos, teremos de 30cm² a 40cm² para cada preso. Numa penitenciária como a Nelson Hungria, como a Dutra Ladeira I e II, como a José Maria Alkmin, localizada em Ribeirão das Neves, teremos o preso numa cela com 6m². Existe uma determinação legal, a Lei de Execução Penal, que diz que o preso deve ser colocado numa cela com 6m².

Pergunto a todos que estão nos vendo por meio da TV Assembléia, aos companheiros e às galerias: é pior você deixar na Divisão de Tóxicos e na Furtos e Roubos 60% de uma população - que já são condenados e deveriam, segundo a Lei de Execução Penal, estar numa penitenciária - ocupando de 30cm² a 40cm² ou abrigar, em cada uma das celas das penitenciárias, mais um preso pelo menos, o que daria 3m² para cada preso? Entendemos que a Lei de Execução Penal e as normas estabelecidas pela ONU não estão acima da vida. Os grandes juristas já diziam que o maior bem jurídico é a vida. Se é a vida, por que vamos deixar 40 presos numa cela onde deveria haver 7, como é o caso na Divisão de Tóxicos e Entorpecentes e da Furtos e Roubos? Vai acabar acontecendo o que houve em Viçosa. É por isso que estamos com um Soldado baleado no CTI, em Ponte Nova, e outro, com uma vértebra quebrada, correndo o risco de ficar paraplégico. Precisamos tomar providências antes que isso aconteça.

Faço novamente um apelo ao Governador Itamar Franco, à Secretaria da Justiça e ao Secretário da Segurança Pública: tomem uma providência, antes que tenhamos mais pais de família mortos ou paraplégicos e para que não tenhamos o desprazer de abrir o jornal e saber que os presos da Divisão de Tóxicos, após rebelados, tomaram famílias como reféns, da maneira como aconteceu em Ribeirão das Neves, onde fugiram 14 presos, ocasião que estive presente lá. Nove deles tomaram uma família como refém no Bairro Nova Veneza, ficando a esposa, um filho de 14 anos e outro de 6 anos desesperados, por causa da atitude dos marginais.

Faço um apelo ao Cel. Álvaro Nicolau, Comandante-Geral da Polícia Militar, para que retire a guarda da cadeia da cidade de Viçosa, pois não podemos permitir que um policial não tenha sequer uma escada para fazer a vigília desses presos, no momento em que recebem visita.

Tive a oportunidade, Sr. Presidente, de visitar as cadeias públicas da Zona da Mata - de Viçosa, Cataguases, Leopoldina, Ubá e Além Paraíba -, no início do ano de 2000, e levei um fotógrafo para registrar as condições desses locais, que são péssimas. O policial não tem banheiro nem guarita para se esconder do sol, da chuva e do sereno, mas querem que faça a guarda. Como ele poderá dar segurança à população que reside perto da cadeia pública ou da delegacia, sem ter ele próprio segurança? Ele tem que estar disposto a colocar sua saúde em risco, expondo-se às condições do tempo, sem ter sequer um banheiro.

Quero registrar que, enquanto aguardávamos o pronunciamento do Deputado Edson Rezende, tomamos conhecimento de que, em um exemplo de determinação, esforço, competência e, acima de tudo, dedicação, a Polícia Militar de Viçosa recuperou os dois presos que estavam foragidos. Um preso foi morto no confronto com os policiais, e os outros dois foram recapturados. Esse é um sinal de competência e determinação dos policiais da Companhia de Viçosa.

Entretanto, continuamos necessitando da atenção do Cel. Álvaro Nicolau, para que determine a retirada desses policiais. Além disso, precisamos que o Prefeito Fernando Santana de Castro, responsável pelo Município de Viçosa, tenha um carinho especial no sentido de buscar verbas para solucionar o problema. Coloco-me à sua disposição, para, juntos, irmos até à Secretária Ângela Pace, a fim de viabilizar recursos do Governo Estadual, ou mesmo do Governo Federal, para não deixarmos a cadeia pública de Viçosa nessa situação lastimável, colocando em risco a vida do servidor da segurança pública, que ali está como guardião da sociedade, ou seja, como aquele que recebe o primeiro impacto no caso de uma rebelião ou de uma fuga.

O Soldado Fernando Antônio Lopes Carvalho, há 15 anos na Polícia Militar, casado e pai de um filho de 4 anos e outro de 1 ano, neste momento, está no CTI, em estado de coma, deixando sua esposa desesperada. Por isso mesmo, falamos dessa questão.

Conclamo os demais pares desta Casa para refletir sobre o Veto Total da Lei Complementar nº 64, que dispõe sobre o seguro de vida e de invalidez para os Policiais Civis e Militares, Bombeiros e Agentes Penitenciários, que têm uma profissão de grande risco. Infelizmente, o seguro de vida foi baixado de forma discriminatória, representando atualmente o valor de 20 vezes o salário do servidor: o Carcereiro da Polícia Civil recebe R\$700,00 e receberá o valor de R\$14.000,00; o Agente Penitenciário recebe R\$600,00, e sua família receberá uma indenização de R\$12.000,00; o Soldado e o Detetive com menos de cinco anos de serviço recebem R\$900,00 iniciais, e sua família receberá uma indenização de R\$18.000,00; e, finalmente, os postos, graduações e cargos acima irão receber o valor máximo de R\$25.000,00. Peço aos demais pares para rejeitar o veto do Governador à matéria, fazendo justiça, a fim de que nós, cidadãos mineiros, possamos contar com uma segurança maior para essas famílias cujos homens dedicam e arriscam suas vidas em nome da guarda e da segurança do povo de Minas Gerais. Faço também, Sr. Presidente, um apelo à bancada de V. Exa., para que, junto com os demais pares, possamos derrubar esse veto. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna para comentar sobre a CPI da Saúde, composta pela maioria da representação das bancadas desta Casa e que já iniciou as suas atividades de apuração das irregularidades ocorridas na FHEMIG e na FUNED. Nas reuniões, temos sempre afirmado que a CPI teria finalidade muito mais abrangente do que cassar as bruxas. Tem de buscar conhecer e fazer um diagnóstico da saúde em nosso Estado, apontando as possíveis soluções, logicamente atendendo e aplicando a lei do SUS. Essa é a finalidade da CPI da Saúde. Logo que estiver concluído, o relatório final será encaminhado ao Ministério Público, encerrando-se a atividade da CPI.

Protesto contra a indiferença dos Líderes dos partidos de apoio ao Governo no que tange à assinatura da prorrogação dessa CPI. Está havendo indiferença entre os Líderes, que dizem que têm orientação do Líder do Governo para não assinar a prorrogação. O relator, o Presidente e todos nós, componentes da CPI, estamos interessados em prorrogar esse prazo, pois vislumbramos muitas outras irregularidades administrativas e deficiência de recursos humanos e materiais para viabilizar a saúde do nosso Estado. Estamos fazendo um diagnóstico muito mais complicado do total desmonte do Estado. Na verdade, como Poder Legislativo, fiscais e mediadores do povo, não possuímos instrumentos fundamentais para exercer as nossas atividades de fiscais, principalmente porque percebemos que o Estado está desestruturado. Convidamos o Secretário da Administração, que trouxe todas as mazelas e informou da melhor maneira possível sobre a situação; ouvimos outros funcionários dessa Secretaria, da FHEMIG e da FUNED. O Estado ainda não foi montado como um todo historicamente, não apenas neste Governo - e não estamos aqui com espírito partidário -, mas desde o Brasil colônia, por culpa nossa, dos políticos. Por isso, precisamos estar bastante cômicos das nossas responsabilidades, cobrando o mínimo de estrutura, para que o Poder Legislativo possa cobrar do Poder Executivo e do Poder Judiciário, haja vista a dificuldade na elaboração do projeto de estruturação do Judiciário. Teremos de derrubar e manter vetos, buscando a estruturação dos Poderes. Não estamos utilizando nem as leis fundamentais que fazem o Estado funcionar. Ainda não foram obedecidas e fazem parte da utopia da Constituição. Quando discutimos com três constitucionalistas, gosto de defender que a Constituição tem de ser cumprida a todo custo. Defendemos, às vezes, posições do Governador, pois são nomeados por ele. Esse é outro vício do sistema presidencialista. Quem nomeia gosta de quem é nomeado, e quem é nomeado gosta de quem nomeia.

Muitas vezes constatamos que, no Tribunal de Justiça, o parecer é a favor do Governador. Quando a questão chega ao Supremo, é a favor do Presidente. Hoje aqui estamos para cobrar das lideranças da base do Governo que assinem o pedido de prorrogação da CPI da Saúde, consenso entre todos os representantes do Poder Legislativo. A saúde, hoje, é bancada pelo Governo Federal em cerca de 80%. Precisamos conhecer a forma como esse dinheiro chega e a destinação que lhe é dada. Precisamos conhecer a atividade nos municípios e no próprio Estado, porque a saúde é tratada nas três esferas: federal, estadual e municipal. Já fui contra o SUS, mas hoje entendo que tem que ser implantado definitivamente, embora, no momento, esteja implantado apenas no papel. Nós, Deputados Estaduais e Federais, agentes de transformação política, temos de estar envolvidos na implantação definitiva do SUS, identificando suas mazelas para procedermos às correções. Requeremos ao Presidente desta Casa a realização de um seminário abordando aspectos do ideal e da realidade do SUS, a fim de identificarmos os problemas mais graves para formalizar um documento a ser levado a Brasília para as providências cabíveis. A CPI tem que cumprir seu destino, encaminhando um relatório consistente ao Ministério Público. Neste momento, faço um apelo aos líderes das bancadas que compõem a CPI. Estão se negando a assinar o documento de prorrogação, não entendo por quê. Se o Governo atravessa uma crise existencial, não temos culpa. O Poder Legislativo tem que seguir em frente.

O Deputado Cristiano Canêdo (em aparte)* - Sou Líder do PTB. V. Exa. passou as minhas mãos o documento para assinatura da prorrogação dessa CPI. Não tenho orientação do Governo ou de seu líder para não proceder à assinatura. Se os membros da CPI querem mais uma prorrogação devem justificar o motivo para tanto. A CPI foi instalada para apurar as irregularidades que ocorreram, no ano passado, na FUNED e na FHEMIG. Durante essa prorrogação de 60 dias, houve indícios de novas irregularidades? Haverá maior encaminhamento, dentro da CPI, para melhor apuração dos fatos? O que já foi apurado, até o presente momento, e faz parte do relatório feito hoje, será diferente daqui a 60 dias? Existem mais indícios? Quais as justificativas? A questão da reestruturação da saúde, da necessidade de melhoria da Secretaria da Saúde, cabe à Comissão de Saúde da Assembléia. Até que ponto vão as atribuições dessa Comissão e quais são as atribuições da CPI? Se os membros da CPI apresentarem documentos mostrando a necessidade de sua prorrogação, este líder estará pronto para assinar.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço suas palavras, e entendemos que a CPI tem endereço certo.

Mas a saúde é volumétrica e está implicada numa série de ações das quais que ainda não temos informações, inclusive há sonegação por parte do Governo. Muitas vezes ameaçamos tomar providências cabíveis por falta de informações dos órgãos que estamos citando, a FHEMIG e a FUNED. Ainda estamos em fase de estudo dessas duas instituições e precisamos de documentação e prazo para um diagnóstico com a epígrafe principal da proposta da CPI, que é a FUNED e a FHEMIG. Mas isso não impede que a Secretaria possa também fornecer os seus documentos, porque está intimamente ligada à questão. A FHEMIG é apenas uma Superintendência. É um ramo da Secretaria da Saúde, no que tange à medicina de urgência e à curativa. E a FUNED tem suas funções de fabricar produtos biológicos e a farmácia básica. E, aí, temos uma série de mazelas e irregularidades que precisam de documentação da Secretaria da Saúde, até porque muitos desses órgãos não têm consultores, nem auditores. Temos um laudo da Auditoria-Geral do Estado, confrontando com a auditoria encomendada da FHEMIG. E o que fazemos com isso?

Por isso, precisamos de prazo, e o próprio Auditor falou na Comissão que só reconhece uma auditoria - a Auditoria-Geral do Estado. Então, temos uma série de irregularidades que precisam ser apuradas, não no sentido de caça às bruxas, mas de esclarecer e trazer a transparência tão pregada por esse Governo. Neste momento, aqui estamos querendo prorrogar uma CPI e em Brasília estão articulando comentários a favor de uma CPI da corrupção, que é um termo genérico. Lá, sim, é preciso definir se é a SUDAM ou não. Se vamos fazer, se vamos assinar. Acho que a CPI tem endereço certo e é sempre saudável para o conhecimento do povo. Um relatório consistente e transparente. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, o motivo que me leva a utilizar a tribuna desta Casa é o mais alto e importante motivo que pode levar um parlamentar no uso de suas atribuições a falar a seu povo. Não a seus eleitores, e sim a todo o povo.

Tenho sofrido críticas de diversos setores de poder "estabelecido" em nosso Estado - utilizo o termo "estabelecido" porque não os classifico como legítimos. Onde relações espúrias têm gerado nas entranhas de nossas diversas instituições de poder figuras deformadas, com hábitos e costumes diferentes daqueles que a ordeira e pacata sociedade mineira imagina deva ser. Vejo com tristeza a casa do saudoso Gegê, jornalista Geraldo Teixeira da Costa, ser transformada em um balcão de negócios, por profissionais despreparados ou quem sabe preparados para exercerem suas funções da forma como exercem.

A Casa de Gegê, que no passado tanto resistiu ao assédio dos vestais, da antiga UDN, terá de novamente reencontrar seu glorioso papel. Embora seja indiscutível a necessidade de reverenciarmos figuras como a de Pedro Aleixo e Milton Campos, temos, por dever à verdade, de certificar que Gegê fez com que o porta-voz da conhecida bandinha da UDN fosse o "Jornal Binômio", criado e financiado em sua 1ª edição pelo então Deputado Milton Sales e outros, como admitiu em entrevista o jornalista José Maria Rabelo.

Esse jornal fez o serviço sujo que o Grande Jornal dos Mineiros não se permitia fazer. É evidente que em sua redação trabalharam diversos expoentes do jornalismo mineiro, porém não se pode negar que o jornal tinha apenas objetivos políticos, que nasceu com a própria escolha de seu nome, ato de deboche com o então Presidente da República pelo PSD, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Como visto, sob o comando de Gegê - e por isso aqui chamei de Casa de Gegê - o jornal da Rua Goiás manteve-se firme frente a tentativa de sua instrumentação. Mas a UDN foi além. Após a morte de Negrão de Lima, Magalhães Pinto, através de José Aparecido e Gui de Almeida, comprou o jornal "Diário de Minas".

Vejam, nobres colegas, que o domínio, a instrumentação e manipulação da imprensa mineira não é fato novo; é sonho antigo dos vestais da política mineira. Utilizam-se dos veículos de comunicação para criarem dificuldade, e, a seguir, aqueles que estão por trás apresentam-se para vender a facilidade. Não interessa com quem celebram seus acordos, pois são adeptos da filosofia de que a causa justifica a utilização de qualquer meio.

Vejam, Srs. Deputados, como a vida política é caprichosa. Quis ela que este Deputado pertencesse ao PSD, e centralizou contra ele os mesmos instrumentos e práticas utilizadas no passado contra os membros de meu partido. Quando digo meu partido, falo com o pensamento voltado a Benedito Valadares e Juscelino Kubitschek, que sofreram com os vestais da política mineira. Mas longe de mim querer comparar-me a esses políticos, que hoje já fazem parte da história da política mineira; quero, sim, ressaltar a antecedência como testemunha da prática dessas pessoas, para que os nobres Deputados possam melhor assimilar o que agora lhes apresento.

Com o devido respeito aos nobres membros desta Casa, pergunto, primeiro, que diferença existe entre a prática política da extinta UDN e a prática do atual Partido dos Trabalhadores - PT?; segundo: que diferença existe entre o que praticava o "Jornal Binômio", o "Diário de Minas" após Negrão de Lima, e o que pratica hoje a coluna "Interesse Público" do jornal "Estado de Minas"?

Vejam a que ponto a arrogância de uma meia dúzia de maus profissionais chega, ao dizerem que escrevem em nome do "interesse público". É evidente que o leitor é induzido pelo título, não sabendo, como é natural, as verdadeiras intenções das notícias e a que interesses aquela coluna representa. Não é o interesse público, e sim de um grupelho incrustado nas diversas esferas de poder, que plantam ali suas notícias, sob a proteção do manto do "interesse público".

Quantas vezes aquela coluna defendeu o critério do orçamento participativo, transformando-o numa grife, que mais tarde seria vendida, através de consultoria, por uma empresa que poderíamos chamar franquizada, uma vez que colocasse como detentora do "know how" da prática do orçamento participativo.

Porém, não é só esse o objetivo da prestação de serviço da empresa, estendendo-se a, pasmem, "estudos e consultoria na área de desenvolvimento econômico, capitalização de recursos junto a órgãos e instituição dos demais níveis de governo, pesquisa de opinião setorial para avaliação dos impactos da ação do poder municipal, estruturação de mecanismos de participação popular na definição dos rumos do governo. Ou seja, uma empresa de "lobby", a exemplo de PC Farias e outros. Quando afirmamos que a empresa coloca-se como grande conhecedora da matéria, não é a palavra e afirmativa deste Deputado, e sim da própria empresa que se apresentou e foi contratada sem licitação por "notória especialização". Essa empresa, pelo visto, é o braço comercial do Partido dos Trabalhadores - PT, na implantação de seus projetos, porque não dizer grife. Evidente que é de nosso conhecimento a grande e boa relação que a sócia da empresa mantém com a área de planejamento e fazendária do município de Belo Horizonte, principalmente no que diz respeito ao nobre ex-Secretário da Fazenda e atual Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel. Guardem bem esse nome, que adiante voltarei a citá-lo. O quanto os sócios dessa empresa detêm de poder; chegam ao ponto de, na ausência de um representante nesta Casa, convocar um de seus prepostos a ocupar a tribuna e falar em seu nome. Evidente que quem procedeu dessa forma não foi um "menino de recado", mas um nobre Deputado vestal desta Casa. Aqueles parlamentares que entenderam essa atitude como um ato de solidariedade e reparação de uma injustiça mudarão sua opinião diante dos fatos que adiante trarei. Muito falei sobre a empresa e ainda nada falei sobre seus sócios; conforme contrato social registrado na Junta Comercial de Minas Gerais, consta como fundadora e sócia da empresa a jornalista Bertha Jeha Maakaroun, ela mesma, a que assina a coluna "Interesse Público" e oferece a execução dos projetos franquizados do PT. Evidente que a nobre jornalista também é conhecida entre seus colegas como "Berta Macarrão", não em alusão ao alimento, e sim às suas características. Afirmam seus colegas que a utilização da denominação "macarrão" deve-se ao fato de que a jornalista é muito rígida e inflexível até entrar na panela. Depois, no calor dos privilégios, transforma-se e amolece. Vejam novamente como a história política é sábia. Não se pode esperar outro comportamento do macarrão a não ser esse. O que não significa um defeito, na verdade essa é sua função, e para tal comportamento se preparou. Neste momento, cabe-me ressaltar que todos os vestais da política mineira, assim como a jornalista citada, detêm, no mínimo, nível superior; em sua maioria são graduados e pós-graduados; podemos chamá-los de intelectuais; grande parte deles, hoje bem representados no programa de Silvio Santos. Intelectuais iguais àqueles que historicamente vêm traindo e infelicitando o povo brasileiro, senão vejamos; quem foi Roberto Campos, Delfim Netto, Zélia Cardoso de Melo, sem dizer aqueles que estavam preparados para exercer a resistência ao golpe de 64 e que preferiram manter-se nas universidades desenvolvendo falsas pesquisas em troca de gordos salários, e quando digo falsas pesquisas invoco a história que relata o atraso tecnológico em que o País se encontrava quando de sua redemocratização. Evidente que, por questão de justiça, devo separar o joio do trigo e faço isso referindo-me ao nobre professor cassado Amílcar Martins e ao ex-Reitor Aluísio Pimenta. Disse "cassados" porque não quiseram fazer o jogo dos intelectuais de sua época. Realmente a nobre jornalista tem razão ao afirmar que tenho pouco estudo. Porém, que não confunda pouco estudo com pouca cultura e pouca inteligência, pois, no exercício de meu mandato, tive o privilégio de conhecer e adentrar locais que a cultura e formação superior da nobre jornalista sequer imaginam. Por mandato popular fui signatário da Carta Constitucional Estadual de 1989, juntamente com diversos outros Deputados.

Foi utilizando-me do pouco estudo que a nobre jornalista alega que tenho, que fui eleito cinco vezes, de Vereador a Deputado Estadual e Federal e, no exercício desses mandatos, ofereci ao povo mineiro, inclusive à jornalista "Berta Macarrão", a edição de leis, dentre elas o Regimento Interno desta Assembléia, que, admito, tem imperfeições, como a que permite a membro da Casa fazer o serviço de "garoto de recado".

Como disse, e à frente mostrarei, existem e existiam motivos de sobra para essa prática subserviente, como é de conhecimento dos nobres colegas. Minha esposa, por seus méritos, foi Prefeita e, agora, foi a Vereadora mais votada no Município de Ribeirão das Neves, Região Metropolitana da Capital, exercendo, hoje, a função de Presidente da Câmara Municipal. Ao assumir seu mandato, juntamente com a totalidade dos membros daquela Casa, requereram, aprovaram e instalaram uma CPI com o objetivo de apurar irregularidades na área de saúde do município. No decorrer da CPI, verificou-se que os membros do Conselho Municipal de Saúde, representantes da Comunidade, não tinham sido eleitos por meio do voto direto na III Conferência Municipal de Saúde. Na verdade, foram escolhidos por meio de um amplo e questionável processo biônico, em que os critérios eram os piores possíveis. Decidiu-se, então, nos termos do art. 76, da Lei Orgânica do Município de Ribeirão das Neves, c/c os arts. 176 e 62, inciso XXX, da Constituição do Estado de Minas Gerais, sustar os atos de posse, ilegalmente praticados pelo Executivo, por meio de uma resolução. Com sua edição, furou-se um tumor maligno que, mais tarde, provou-se estar diretamente ligado a uma cadeia de corrupção e desvios de recursos, sob a orientação "confessada" do Conselho Estadual de Saúde, que, nos termos da lei, é presidido pelo Secretário de Estado da Saúde, que, na ocasião, não era ninguém menos do que o vestal garoto de recado.

Apenas para que os senhores tomem conhecimento, foram desviados só no Município de Ribeirão das Neves R\$800.000,00 pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde, procedimento - conforme apurado pela CPI da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, por meio do depoimento da Sra. Diretora Metropolitana da Secretaria Estadual da Saúde,

Maria José Moraes Antunes - também adotado em Belo Horizonte e Betim, municípios administrados pelo partido do vestal garoto de recado, ex-Secretário da Saúde, ex-Presidente do Conselho Estadual de Saúde. Vejam V. Exas. o motivo da confluência de interesses entre a vestal jornalista e o vestal garoto de recado.

Nesse sentido, estou encaminhando requerimento à CPI da Saúde instalada nesta Assembléia Legislativa, para que requirite da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves cópia das fitas que contêm o depoimento das pessoas que acusaram o então Secretário da Saúde na orientação do desvio de verbas dos diversos Fundos Municipais de Saúde. Apresento, ainda, requerimento à CPI, para que seja ouvido o vestal garoto de recado, a quem é atribuída a orientação e a convivência na execução de tais práticas.

Apenas para avivar a memória dos nobres colegas, lembro-lhes que o Secretário da Fazenda de Belo Horizonte, na época dos desvios dos recursos do Fundo Municipal de Saúde de Belo Horizonte, era o atual Vice-Prefeito Fernando Pimentel. Já tive a oportunidade de tecer comentários a respeito do seu estreito relacionamento com a vestal "Berta Macarrão".

Há dias, venho a esta tribuna denunciar o descaso, os desacertos e a corrupção por que passa o Ministério Público e o Judiciário do Município de Ribeirão das Neves. Pensei, com o pouco estudo que tenho, como disse a nobre jornalista, fosse suficiente bater na cangalha para que o boi entendesse. Porém, com o desenrolar dos fatos e diante da maldosa e persistente iniciativa do setor jornalístico, comandado em função do "interesse público", em provocar-me e atrair-me com o Judiciário como um todo, sinto-me obrigado a trazer a esta Casa os verdadeiros fatos que me levaram ao desentendimento com o Judiciário e com o Ministério Público de Ribeirão das Neves e parte do Judiciário e do Ministério Público Estadual, que considero podre, já tendo dado seus nomes nesta tribuna.

Vejam, nobres colegas, a que ponto chegamos. Como é sabido, o Município de Ribeirão das Neves tem em seu território a maior população prisional do Estado. E tem como Juiz da Comarca um magistrado que foi capaz de presidir e julgar o processo de seu próprio irmão, que havia sido condenado a cumprir dois anos de detenção por tráfico de droga no Presídio de Ribeirão das Neves. Em três dias, o corrupto magistrado, alicerçado nos corruptos Promotores julgou e concedeu o "sursis" a seu irmão, enquanto os demais presidiários se rebelam contra a letargia, através de fugas negociadas que acabam prejudicando o andamento de seus processos de liberdade. Evidente julgamento de um processo em três dias não é um erro, ao contrário, todos deveriam ter essa tramitação. Porém, existem hoje, nos presídios do Município de Ribeirão das Neves, de 100 a 200 presos aguardando a liberdade, dependendo apenas da decisão do corrupto magistrado, que, coincidentemente, só dá rápido andamento aos processos de traficantes, iguais ao irmão do corrupto magistrado.

A questão que levanto é de ordem ética, moral e legal. Evidente que o corrupto magistrado estava impedido, "de ofício", de julgar seu irmão. Agora, pergunto aos demais pares desta Casa se essa prática é correta. E mais: indago se tal fato não era de conhecimento do Presidente do Tribunal de Justiça. Evidente que era, porque, se ninguém tinha dito isso a ele, eu o fiz pessoalmente, quando estivemos em audiência com o Prefeito e a Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves. Pergunto ainda: ciente do comportamento do corrupto magistrado da Comarca de Ribeirão das Neves, o que deveria fazer o Presidente do Tribunal de Justiça? Que os senhores me respondam. Evidente que a permanência do corrupto magistrado, após essas ilegalidades, deve-se a algum fato. Recuso-me a acreditar que o desinteresse pela apuração pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo Corregedor, seja por questões de gratidão e amizade, ou até por rabo preso. E vou além: através de relatório do Ministério Público local, o corrupto magistrado e o corrupto Promotor da Comarca tiveram conhecimento de todas as irregularidades existentes no sistema prisional de Ribeirão das Neves.

Pasmem os senhores. Após relatar fatos gravíssimos, tais como tráfico de drogas e armas nos presídios e a possível existência do PCC, o corrupto Promotor requereu apenas que fosse limitada a importância em dinheiro permitida aos presos ter em seu poder, fato prontamente atendido pelo corrupto magistrado.

Srs. Deputados, alguma providência tinha de ser tomada. A Câmara Municipal de Ribeirão das Neves, corajosamente de posse dos documentos que comprovavam toda essa corrupção - estou distribuindo a todos os Deputados e a todos os jornalistas e quero que mantenham, pelo menos, a licitude de colocar o que eu falar, e não meias palavras, como tem sido sistematicamente colocado por algum jornalista do "Estado de Minas", tentando inverter as minhas palavras e transformando uma questão grave como o tráfico de drogas, como a corrupção do Ministério Público e do Juiz daquela Comarca, como um mero procedimento de uma briga por um hospital. Não, o hospital faz parte dessa intriga, porque o corrupto magistrado e o corrupto Promotor de Justiça, que é o curador das fundações, jamais tomaram conhecimento das corrupções. Se tomou, participa diretamente delas, ativa, passiva e efetivamente.

De posse dos documentos que comprovam os desmandos, a corrupção e a parcialidade do Juiz e do Promotor, nos termos do Código de Processo Civil argüiu suas suspeições. Ao invés do corrupto magistrado da Comarca proceder a um profundo exame de consciência - que eu pessoalmente acho que não tem -, que o possibilitasse julgar a suspeição, saiu truculentamente contra um funcionário com 12 anos de carreira no Fórum, de conduta irreparável, acusando-o de ter passado à Câmara Municipal documentos que possibilitaram instruir, à exceção de suspeição.

Aliás, quanto à truculência tradicional por parte do corrupto magistrado e todos os funcionários e partes dos que procuram no Fórum, é necessário esclarecer que todos os documentos que instruíram a suspeição são documentos públicos à disposição de qualquer cidadão no SISCOM.

Nunca houve necessidade de utilizarmos nenhum funcionário desse Fórum para obtermos documentos. "Tentando comprometer o serventuário da justiça, que é casado com uma de minhas assessoras, que trabalha comigo há 13 anos, lança sobre o mesmo a suspeita de ter participado de uma ameaça contra sua vida. A que ponto chegamos. No mesmo caminho seguiu o corrupto Promotor de Justiça local, que, desobedecendo a lei orgânica do Ministério Público e a Resolução de nº 11/97, editada pelo então Procurador-Geral da Justiça de Minas Gerais, permaneceu, durante todo o exercício de sua função, sem fiscalizar os atos do Conselho Municipal de Saúde e a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Saúde. Vejam, nobres colegas, que coincidência de fatos. Principalmente diante da atitude tomada pelo corrupto Promotor e pelo corrupto magistrado. O primeiro em emitir parecer favorável no mandado de segurança impetrado pelo Conselho Municipal de Saúde pela destituição dos membros que o compunham, sem a devida eleição. Ressalta-se que todas as irregularidades que levaram à destituição dos membros do Conselho foram encaminhadas por escrito ao corrupto Promotor de Justiça. Porém, admitir tais erros seria confessar no mínimo sua convivência ou omissão, preferindo restabelecer o também corrupto Conselho como se a legitimá-lo pela justiça. E o pior permaneceu

inerte diante do relatado pela Câmara Municipal de Ribeirão das Neves e da solicitação feita para abertura do competente inquérito civil público, tudo isso 30 dias antes do ajuizamento do mandado de segurança, deixando de relatar, em seu parecer no mandado de segurança, que tinha consigo as razões dos atos praticados pelo Legislativo Municipal. Pergunto aos nobres colegas e ao Procurador-Geral de Justiça se é esse o comportamento de um Promotor decente. Digo que não. Esse é o comportamento de um Promotor corrupto, e os dois foram muito além. Concederam liminar em mandado de segurança impetrado contra a intervenção na Fundação Pró-Saúde de Ribeirão das Neves sem sequer ouvir o município. Necessário esclarecer que as acusações que pesam contra a Fundação vão desde o descumprimento das cláusulas do contrato de concessão até a prática de cobrança, por parte do SUS, de procedimentos e cirurgias que não foram realizados e desvios de medicamentos. Na verdade, o Ministério Público e a justiça local só têm servido de fachada para o resguardo de um grupo político de corrupção, criminalidade e tráfico de drogas que, como de conhecimento público, tanto tem infelicitado o povo de Ribeirão das Neves. Entendo que prestei a esta Casa e ao povo mineiro o esclarecimento de meu desentendimento com o Judiciário e o Ministério Público corrupto do Município de Ribeirão das Neves e o faço de forma definitiva solicitando aos Srs. Deputados que auxiliem o Município de Ribeirão das Neves a livrar-se desse cancro que escraviza suas instituições. Resta, porém, como prometido, trazer à reflexão desta Casa o comportamento incestuoso entre segmentos econômicos da sociedade mineira e órgãos de imprensa de nosso Estado.

Nesse ponto, cabe ao Sr. Governador explicar os motivos que levaram a DER-MG a permitir a exploração comercial de um jornal, que circula no interior dos ônibus que operam sob sua supervisão, sem a devida licitação. Trago a esta Casa documentos que comprovam ser o jornal fruto de um convênio entre o SINDIPAS e o jornal "Estado de Minas", para edição do jornal "A Bordo". Tudo isso, como já disse, sem a necessária licitação, ocasião em que seria dada aos demais veículos de comunicação a oportunidade de explorar esse serviço.

Certamente os colegas Deputados, a esta altura, estão a indagar: o que tem esse fato a ver com a perseguição que este nobre Deputado denuncia? Eu lhes explico. Repete-se novamente a história das vestais da UDN, hoje PT, na utilização dos veículos de comunicação, através de acordos espúrios, para atender a seus interesses. Vejam os senhores, a nobre vestal Berta Macarrão, defensora do "interesse público", guardiã da verdade e soldado do império da lei, principalmente da lei das licitações. Como exemplo cito o caso da ADTER - mais conhecido como "caso da rodoviária" -, amplamente noticiado na coluna "Interesse Público", em que figura como principal suspeito o SINDIPAS. Então, indago como pôde a vestal "amolecer" e participar de forma pomposa da edição número 1 do citado jornal, "A Bordo", e indago dos nobres colegas se eles fazem idéia de quem a vestal entrevistou de forma destacada.

Os senhores não sabem? Nem imaginam? Pois eu vos digo: o vestal garoto de recado. Mas isso é uma coincidência. Será? Não creio. Principalmente levando-se em conta os dois fatos que, a partir de agora, narro-lhes.

Primeiro: não é segredo nem novidade que a BHTRANS tornou-se o principal instrumento do PT/UDN, tendo sido o setor de transporte o principal financiador da campanha do atual Prefeito Célio de Castro, que este Deputado, há quatro anos, denunciou da tribuna desta Casa. Afirmei que a licitação praticada em sua gestão para concessão da exploração dos serviços de transporte de passageiros era uma fraude, fato que se comprovou quando o Prefeito desviou R\$80.000.000,00 do Fundo Municipal de Transporte para pagar às empresas

o déficit existente na Câmara de Compensação Tarifária. Informo aos senhores: o valor desviado é igual ao pago pelos empresários pelas concessões, ou seja, as concessões nada custaram para os concessionários.

Com base em minhas e em outras denúncias, foi ajuizada uma ação popular pedindo a anulação dos atos praticados. A decisão da Juíza que preside o feito foi: "Suspendam-se os repasses do Fundo para a Câmara de Compensação".

Imaginem, nobres colegas, o quanto o setor de transporte e os que os servem gostam de mim, principalmente agora, que minha esposa apresentou projeto de lei que obriga o Executivo Municipal de Ribeirão das Neves a colocar em licitação a concessão para exploração do serviço de transporte de passageiros no município.

Fico contente em ter a oportunidade de trazer a esta Casa a minha defesa, que, a princípio, parece só minha, mas tenho certeza de que toquei fundo no sentimento dos nobres colegas, que, por não participarem desse "grupelho", estão constantemente sujeitos a ataques raivosos daqueles que se vestem de roupas limpas apenas para enganar, mas, na verdade, mantêm as roupas de baixo sujas, condizentes com suas práticas de vida e suas almas.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Inicialmente, por mais contraditório que possa parecer, quero elogiar o tom do Deputado, que foi diferente das duas intervenções anteriores. Hoje V. Exa. faz uma intervenção de acordo com o que exige a postura parlamentar.

Quanto ao segundo aspecto, penso que V. Exa. está ressuscitando Stanislaw Ponte Preta, Sérgio Porto, porque parecia um "Febeapá", um festival, mesmo. Na realidade, as coisas se misturaram muito.

Primeiramente, queremos deixar bem claro que o PT não tem caixinha e não precisa disso. O PT pode ter sido acusado por causa de alguns erros históricos ou questões ideológicas, mas, até hoje, quanto à ética e moralidade, nunca tivemos um parlamentar cassado. As referências feitas ao Deputado Adelmo são injustas e incorretas. Na realidade, todos que conhecem o Adelmo sabem da postura e seriedade que sempre norteou o seu trabalho.

Quanto à defesa que ele fez da jornalista Bertha Maakaroun, foi justa. Hoje, V. Exa. fez uma intervenção com o tom correto. Independentemente de estar certo ou errado, a sua intervenção anterior com relação a ela foi injuriosa, desrespeitosa à pessoa humana. Podemos atingir o profissional, mas não podemos nunca perder o respeito à pessoa humana.

Com relação aos Promotores e Juizes de Neves, quero deixar bem claro que o Ministério Público pode se orgulhar de ter dois Promotores como o Sr. Rodrigo Fonte Boa e o Sr. Leonardo Duque Barbela em seus quadros.

O Deputado Irani Barbosa* - Que foram assistentes do Juiz na concessão do "sursis" do irmão dele, que era traficante de drogas.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Estão há mais de dois anos naquela comarca. V. Exa., no ano passado e no retrasado, não trouxe aqui nada de crítica a eles. Então, V. Exa. se omitiu durante dois anos.

O Deputado Irani Barbosa* - V. Exa. levante os meus discursos, pois o tempo todo os classifiquei como corruptos. Tanto isso é verdade que, no dia da eleição, de acordo com o registro que V. Exa. tem em mãos, tentaram acusar-me de uma série de coisas. A eleição de Neves, em 1996, foi roubada.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Verificarei. Mas como foi roubada, se V. Exa. foi vitorioso? Se tivessem sido venais ou comprados, a fraude eleitoral se voltaria contra o senhor.

O Deputado Irani Barbosa* - V. Exa. pode constatar no próprio relato deles que, se não tivessem feito a apuração, teriam sido linchados por mais de 3 mil pessoas.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Se não tivessem agido com seriedade, não haveria esse resultado.

O Deputado Irani Barbosa* - Quero esclarecer o que falam nesse documento que está me acusando de truculência em Ribeirão das Neves. Todos os disquetes inseridos nas urnas eletrônicas não estavam autenticados pelos então Mesários ou Presidentes de mesa e seriam levados para a casa do Juiz ou para a fazenda do ex-Prefeito, a fim de serem substituídos.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Na opinião de V. Exa.

O Deputado Irani Barbosa* - Não, não é na minha opinião. Já aconteceu isso uma vez. E, com esse bandido que está em Ribeirão das Neves, a situação não seria diferente.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Quero falar sobre o Juiz Enderson Souza Lima.

O Deputado Irani Barbosa* - Corrupto.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Nós, que trabalhamos na questão prisional, o consideramos como um dos mais sérios. É pioneiro e trabalha em uma linha de fronteira nas suas decisões em Neves. Se hoje não há crise maior naquela comarca, isso se deve à seriedade e à postura desse Juiz, que foi ameaçado de morte por esse trabalho sério. Quero deixar aqui registrada minha defesa.

O Deputado Irani Barbosa* - Quem corre risco de vida é o Vereador que tomou um tiro, a mando deles.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - V. Exa. afirma isso a partir de quê? Que risco o Vereador apresentaria para Promotores e Juizes?

O Deputado Irani Barbosa* - Os Juizes e Promotores comandam a libertação dos traficantes de droga, permitindo, inclusive, a fuga.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Por que V. Exa. não apresentou antes essa queixa na Corregedoria do Ministério Público e na da magistratura?

O Deputado Irani Barbosa* - Fizemos todas as representações, mas V. Exa., representante da UDN, junto com as vestais, jamais quiseram ouvir.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Prefiro ser representante ou ser chamado de vestal, mas ter certeza de que estou em um partido sério, de pessoas íntegras, que cada vez faz um bem maior à democracia deste País.

E, quanto à contradição existente na crítica de Fernando Pimentel, deixo bem claro que, nesta tribuna mesmo, a incoerência de V. Exa. está estampada, pois já o ouvi elogiar o Prefeito Patrus Ananias e a administração da Capital. É bom que V. Exa. reveja seus discursos anteriores, pois não estão sendo coerentes.

O Deputado Irani Barbosa* - O Patrus nunca fez coleta de lixo como a Marta Suplicy nem troca de verbas.

Lembro que, normalmente, a corrupção no PT não aparece muito, porque as vestais da imprensa estão empregadas nas Prefeituras ligadas ao PT. Basta procurar. O tiroio de Betim foi abafado por quê? Estava envolvido com o quê? Não foi eleito por quê? O povo sabe mais que nós e, certamente, saberá julgar, na hora certa, os representantes da UDN, hoje travestidos de PT.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte)* - Nesta Casa, temos acompanhado muitos debates. Agora, vemos essas denúncias contra o Promotor e o Juiz de Ribeirão das Neves. Se, de fato, esse Juiz julgou ou presidiu o julgamento de seu próprio irmão, temos aí uma imoralidade, falta de ética. Espero que o PT venha defender algo assim.

Esse tipo de situação deve ser averiguada, e espero que esta Casa não tenha medo de fazê-lo. O Deputado Irani Barbosa, certo ou errado, levantou uma questão, e, se esta Casa quiser agir com seriedade, tem que verificá-la. Não adianta o Deputado Durval Ângelo querer defender ou querer fazer bonito aqui. Nem sei por que está agindo assim.

Como Deputado do PT, deveria estar concordando e dizendo para verificarmos isso de perto. Dá a impressão de que saiu da Promotoria e veio defender os Promotores. Não sou contra os Promotores, mas há uns que estão abusando da sua posição, graças aos Deputados que deram essa liberdade à Promotoria Pública. Foi muita burrice dar tanta asa a esses Promotores. Com relação à perigosíssima Berta Macarrão, que muitos temem, não lhe concederei mais entrevistas, porque sempre usou de maldade e distorceu todos os fatos. Nesta Casa, há jornalistas sérios, que, sempre que lhes concedo entrevistas, expõem os fatos corretamente, mas a Sra. Berta Macarrão não é digna e, como jornalista, é irresponsável. Parabéns ao Deputado Irani Barbosa por levantar essa questão. Só porque a pessoa é um Juiz ou um Promotor, ninguém pode mexer, e todos ficam com medo? Há Juizes e Promotores sérios, mas há alguns que não passam de uns sem-vergonha.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Farei apenas uma pergunta. Teve acesso a essas informações somente após a posse da Da. Gracinha Barbosa como Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves?

O Deputado Irani Barbosa* - Conseguimos desmontar um esquema criminoso que existia em Ribeirão das Neves, capitaneado pelos Promotores e pelo Juiz. Pudemos trocar todo o policiamento civil e militar da cidade, ao qual hoje teço os maiores elogios. A nobre Deputada acompanhou a indicação do Delegado que foi para aquela cidade. Hoje, os Delegados, os Detetives e a Polícia Militar são competentes, pois foram totalmente substituídos, porque o envolvimento com o tráfico de drogas e com a criminalidade no município era terrível. Pela primeira vez na história Ribeirão das Neves passou um longo fim de semana sem um único crime, não porque isso dependesse do Juiz e dos seus Promotores, mas do nosso trabalho, dos Vereadores e das atuais Polícias Civil e Militar, que, incansavelmente, estão no município assistindo a todas essas denúncias que estão sendo feitas. A bandalheira não está maior porque o Juiz e os Promotores sabem que há quem defenda o povo da cidade. Não temos medo e não precisamos ameaçar pessoas sem-vergonha dessa marca, como o Juiz que julga o crime do próprio irmão e deixa os detentos mofarem na cadeia, assistido por dois Promotores corruptos. Preocupa-me a insistência do Tribunal de Justiça e da Procuradoria-Geral em manter esses canalhas e esses homens sacanas que martirizam o povo de Ribeirão das Neves.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - A verdade é fundamental. Já que o Deputado Antônio Genaro falou sobre o Juiz que julgou o irmão e disse que a Assembléia teria de apurar esse caso, gostaria que o contrário também acontecesse. Se V. Exa. estiver cometendo injustiça, jogando o nome de uma pessoa na sarjeta, como está fazendo, gostaria que sofresse a sanção desta Casa. Quem concedeu o "sursis" ao irmão do Juiz Valterson Souza Lima foi o Tribunal de Justiça. V. Exa. pode ver que isso foi oficializado na VEC de Belo Horizonte, com o Dr. Cássio. E, em Belo Horizonte, não há penitenciária. A pessoa cumprirá pena em Contagem ou em Ribeirão das Neves.

O Deputado Irani Barbosa* - Coincidentemente, o irmão do Juiz foi cumprir pena em Ribeirão das Neves

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Lá, é Juiz único, pois só tem uma vara. Os políticos de Neves já deveriam, há muito, preocupar-se com a ampliação das varas de Neves. Mas a decisão não foi dele, foi do Tribunal de Justiça.

O Deputado Irani Barbosa* - Se tem um único bandido, hoje, Juiz...

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Que o contrário também acontecesse na colocação do Deputado Antônio Genaro. Se V. Exa. estiver cometendo injustiça, que abra mão de sua imunidade parlamentar, permitindo que as questões sejam esclarecidas.

O Deputado Irani Barbosa* - Gostaria que tomasse conhecimento do rol de documentos que lhe ofereço para mostrar-lhe que o Juiz, além de corrupto, mantém contato com V. Exa., tentando ter acesso às vestais que o defendem. Digo-lhe que abrirei mão de minhas prerrogativas no dia em que todos fizerem o mesmo. Uso minhas prerrogativas em sua plenitude, só que o faço com coragem, usando desta tribuna para fazer tudo aquilo que for de direito e me couber.

Voltaremos a esta tribuna, se necessário. Se o Deputado Durval Ângelo quiser, todo o rol dos documentos e as provas estão aqui. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pastor George* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, telespectadores, no ano passado tivemos um projeto de lei, de autoria do Deputado Alberto Bejani, que tratava da questão da distribuição de parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS, a famosa Lei Robin Hood. Esse projeto foi exaustivamente discutido, e, após muitas emendas e subemendas, a proposição de lei foi votada em redação final e encaminhada para sanção do Governador. Na oportunidade, fomos designados relator em uma das fases de tramitação do projeto. Apresentamos emenda que modificava o critério de redistribuição desses valores. Na época, não obtivemos, por parte do Colegiado de Líderes, sucesso para aprovação dessa emenda, e o projeto foi aprovado com algumas alterações, mas com um acordo das Lideranças desta Casa de que neste ano voltaríamos a discutir a lei, corrigindo as injustiças existentes, que só desapareceriam com as devidas alterações. À época em que apresentamos substitutivo ao projeto, este relator propôs que o critério que deveria nortear o repasse do ICMS para os municípios seria a redistribuição do ICMS "per capita" correspondente a 4,644%, o que beneficiaria os municípios que tivessem sua receita de ICMS abaixo da média estadual.

Ora, para se apurarem os valores da nova distribuição proposta, primeiramente se deveria levar em conta, ao calcular a participação do município com base nos incisos I ao XV, ou seja, esse índice será dividido pela população do município, obtendo-se o índice "per capita", e será comparada à média estadual, ou seja, o ICMS "per capita", acrescido de 5%, evitando-se que aqueles que se encontram um pouco acima da média fiquem abaixo dela, após a aplicação desse critério de ajuste.

Os municípios que se encontrarem abaixo dessa média entrarão no critério previsto da chamada redistribuição de ICMS "per capita", que foi a proposta feita por este relator. A redistribuição ocorreria da seguinte forma: dividindo-se a população de cada município abaixo da média estadual pela soma da população dos municípios que seriam beneficiados, o percentual encontrado seria o índice para o critério referido.

As projeções realizadas com base nos valores transferidos em setembro de 2000 davam conta de que 664 municípios, nos quais se concentram 12.580.224 habitantes, teriam um acréscimo médio de 5,42% na receita "per capita" oriunda de participação no ICMS. Por outro lado, haveria perda de 5,21% na receita "per capita" de 189 municípios.

Prestem atenção, porque os números são satisfatórios, uma vez que 664 municípios seriam beneficiados. Em contrapartida, 189 municípios teriam uma diminuição, mas temos que levar em conta que, da população do nosso Estado, 12.580.224 habitantes seriam beneficiados com esse critério. Ou seja, 75% da população seria beneficiada, ao passo que apenas 25% teria um decréscimo. Mas nada que pudesse prejudicar os municípios que teriam esse decréscimo.

Ora, os líderes do Colégio de Líderes, no ano passado, entenderam que, por ser ano eleitoral, um ano corrido, esse projeto deveria ser discutido em 2001. Já se passaram vários meses, e até agora não houve mobilização por parte do nosso Colegiado de Líderes, no sentido de que se volte a discutir e a tratar o assunto, porque os municípios mineiros não podem esperar. Temos aí um grande número de municípios seriamente atingidos, prejudicados com o que diz respeito ao repasse dessa parcela de receita, do produto da arrecadação, que é o ICMS.

Quero destacar também que um ponto merecedor dessa proposta que tínhamos apresentado foi um critério novo para apresentação de ICMS "per capita" entre R\$1,90 e R\$10,00.

Podemos dar o exemplo da cidade de Ladainha, que, com uma população de 15.558 habitantes, auferiu uma receita, em setembro de 2000, relativa ao ICMS, de R\$29.629,80; logo, com um ICMS "per capita" de R\$1,90. Com a aprovação da mudança proposta, seguindo esse critério do ICMS, ocorreria elevação desse valor em 28,74%, passando de R\$1,90 para R\$2,45. Ora, os 189 municípios que teriam decréscimo na receita se encontram, em sua maioria, na faixa de R\$10,00 a R\$131,00 "per capita". Ocorre, porém, que os municípios que terão aumento de receita representam, como já disse, mais de 75% da população mineira, fazendo com que a distribuição de ICMS no Estado, logicamente, se torne mais justa, resgatando assim o princípio da Lei Robin Hood.

Compete-nos, por fim, fazer breve análise, no prazo previsto, da proposta de mudança apresentada pelo projeto. Mas o principal é que o objetivo da Lei "Robin Hood" é fomentar investimentos em áreas com saúde, educação, meio ambiente, produção de alimentos e patrimônio cultural, melhorando, assim, a qualidade de vida dos cidadãos mineiros, que, naturalmente, sofrem com essa morosidade e anelam por essas mudanças na Lei Robin Hood. Portanto, quero fazer um apelo aos nobres pares desta Casa, que têm demonstrado, nesta 14ª Legislatura, que tenho acompanhado, a vontade de lutar pela sociedade e pelos reais interesses de nosso povo: que voltemos a discutir, para que possamos propor as mudanças que serão benéficas a muitos municípios sofridos, que não têm maior desenvolvimento na indústria e no comércio, até a municípios que são considerados como municípios dormitórios, de modo que façamos justiça com essa gente sofrida. Além disso, há disparidade muito grande entre uma cidade e outra, exatamente por causa dos critérios atualmente utilizados na distribuição dessa renda do ICMS.

Assim, apelo às nossas Lideranças, às nossas bancadas: discutam a questão novamente, para que possamos propor essas alterações, que serão fundamentais para corrigir injustiças que vêm sendo cometidas e fogem ao espírito da Lei Robin Hood. Poderia enumerar vários municípios, mas acho que este não é o momento oportuno. O que é preciso é que a lei seja revista, e - por que não? - adotarmos um critério como esse, que, se não consegue atingir a todos os municípios do Estado, beneficia 75% deles, em mais de 12 milhões de habitantes. Se entendemos que a maioria deve decidir, que a maioria deve ser o grande divisor de águas, por que não beneficiar essa população?

Não podemos, de forma alguma, privilegiar alguns municípios, muitos dos quais gozam de grande riqueza e detêm economia boa ou razoável, em detrimento dos muitos municípios que estão sofrendo. Aliás, diga-se de passagem, muitos dos Prefeitos que assumiram ano passado encontraram as prefeituras em condições de extrema deficiência, e é preciso que várias questões sejam revistas para que essa situação seja consertada.

Entendemos que muitos desses municípios já estão em situação catastrófica, e os Prefeitos, com demandas inadiáveis. Portanto, creio que, por meio dessa distribuição do ICMS, da parcela de receita - quem sabe? -, possamos amenizar um pouco o drama de muitos municípios mineiros. É preciso colocar em pauta a discussão da redefinição da distribuição do ICMS e torná-la algo que seja pertinente para nós, para a nossa sociedade, para o povo mineiro. Peço urgência para os nobres pares, principalmente os Líderes das bancadas, o Colegiado de Líderes, para que possamos rever a situação de vários municípios. São muitos, como citamos. É um número muito grande. São mais de 600 municípios que seriam contemplados com esse novo critério de redistribuição do ICMS. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes; ocupo a tribuna para trazer à consideração dos meus pares um assunto que foi veiculado pela imprensa, especialmente da nossa Capital, nos últimos dias. Infelizmente, por falta de oportunidade, não pude pronunciar-me. À semelhança deste Deputado, os demais que têm domicílio eleitoral em Belo Horizonte, sem dúvida alguma, têm representatividade e um compromisso muito grande com esta cidade.

Refiro-me à discriminação, mais uma vez, do Governo Federal. Aliás, essa discriminação tem sido constante, ao longo do primeiro e do segundo mandatos do Presidente da República. No mandato anterior, isso era extremamente estranho, porque era Governador de Minas um companheiro seu de partido; mesmo assim, o Presidente Fernando Henrique insistia em discriminar Belo Horizonte, e, agora, isso acontece mais do que nunca. Além do Prefeito Municipal, temos um Governador que tem a coragem de enfrentar o Presidente da República, especialmente a sua política econômica e social.

Complementando o que a imprensa tem noticiado, ocorre não apenas com Belo Horizonte, mas também com a região metropolitana. Aliás, em termos de região metropolitana, talvez a de Belo Horizonte seja a segunda ou a terceira mais pobre deste imenso País. Esse dado é importante e vou repeti-lo. A RMBH é a segunda ou a terceira região metropolitana mais pobre deste País. O que vemos é uma discriminação insensata do Governo Federal para com Belo Horizonte.

Sr. Presidente, insisto, em nome dos Deputados que têm domicílio eleitoral em Belo Horizonte ou até na região metropolitana... Vejo o Dinis Pinheiro, de Ibirité; o João Paulo, de Belo Horizonte; o Fábio Avelar, o Álvaro Antônio, o Adeldo Carneiro Leão. Há, também, outros Deputados que não estão em Plenário. Todos, sem dúvida, fazem parte da RMBH e, tenho a certeza, comungam dessa indignação.

Aproveitando a presença em Plenário do nosso Presidente, Deputado Antônio Júlio, que nos representou em Araçuaí, onde o Governador de Minas lançou a hidrelétrica de Irapé - num momento excepcional, já que o grande assunto discutido é a questão energética -, solicito-lhe que nomeie, ainda hoje, se possível, uma comissão para, nos termos regimentais, compor a Frente Ampla de Parlamentares Federais, Senadores, Deputados Estaduais e Vereadores de Belo Horizonte que buscam esclarecimentos e exigem da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano a inclusão de Belo Horizonte e de outras cidades da região metropolitana no Programa de Urbanização de Vilas e Favelas do Governo Federal, denominado Brasil Legal.

Esclarecemos que capitais como o Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador foram contempladas com verbas do Banco Mundial a fundo perdido, sendo que a RMBH apresenta os mesmos problemas. Vejam a coincidência: São Paulo, onde está a maioria dos Ministros do Governo Federal, e Salvador, de Antônio Carlos Magalhães. Não podemos aceitar isso e vamos reagir com veemência a esse respeito.

Venho, portanto, a esta tribuna para informar que estamos encaminhando um requerimento ao Presidente desta Assembléia, Deputado Antônio Júlio, pedindo a constituição, nos termos regimentais, de uma comissão de Deputados, principalmente dos que têm como base eleitoral maior a RMBH, para ir a Brasília, mais precisamente à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, apurar o porquê da exclusão da região metropolitana do Programa de Urbanização de Vilas e Favelas, que o Governo Federal denomina marqueteiramente Brasil Legal.

O programa é realmente legal, pois possibilita a reurbanização - em muitos casos, a implantação urbana, pois são lugares desprovidos de qualquer infra-estrutura urbana - de vilas e favelas, com recursos do Banco Mundial, que não precisam ser pagos, ou seja, são recursos a fundo perdido, que podem ser utilizados pelos municípios sem quaisquer ônus para os cofres públicos.

O montante liberado é significativo, nada menos de US\$700.000.000,00, que, estranhamente, estão sendo destinados apenas para três Capitais: São Paulo - terra da maioria dos Ministros do atual Governo Federal -, Salvador e Rio de Janeiro. É fato que essas Capitais têm problemas sérios em seus aglomerados urbanos, e não somos contrários a que sejam aquiñoadas. No entanto, o mesmo ocorre em Belo Horizonte, Sabará, Santa Luzia, Contagem, Brumadinho, Ibirité, Ribeirão das Neves e outras cidades da região metropolitana, onde centenas de pessoas vivem em estado precário, pedindo recursos providenciais como esses que agora foram apresentados ao nosso País.

Temos a notícia de que outros parlamentares mineiros se movimentam para impedir essa injustiça para com a Capital de Minas e suas cidades coirmãs. Por isso, acreditamos ser de fundamental importância a participação desta Casa nessa luta, que não é só da cidade de Belo Horizonte, mas de toda a região metropolitana.

Só em Belo Horizonte existem 174 favelas e vilas, onde moram mais de 500 mil pessoas, sendo que mais de 300 mil estão sem esgoto sanitário. Portanto, Sr. Presidente, solicito que V. Exa. nomeie, com urgência, essa comissão, para que possamos fazer coro com os diversos companheiros parlamentares que já estão em Brasília, denunciando, mais uma vez, a discriminação para com a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Deputado Márcio Cunha, não tive o prazer de exercer o mandato de Vereador, como V. Exa. o fez muito bem em nossa Capital. Parabeno-o por seu pronunciamento, no que diz respeito ao abandono e ao despreço do Governo Federal para com a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Vale registrar que uma grande parcela do nosso povo encontra-se em estado de penúria. São vilas e favelas sem rede de esgoto, sem água, sem infra-estrutura digna de um ser

humano.

É oportuno o pronunciamento de V. Exa., e tenho a certeza de que o Presidente da Assembléia irá instituir essa comissão de Deputados com atuação na região metropolitana. Seria oportuna uma movimentação suprapartidária, incluindo Vereadores, Deputados Federais e Prefeitos, para tentar sensibilizar esse Governo para os problemas e as dificuldades imensas que estamos vivenciando na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Gostaria também de solicitar a colaboração do Deputado Márcio Cunha com relação ao meu pedido para que o Presidente da Assembléia institua uma comissão especial a fim de rever a distribuição do ICMS e, assim, eliminar algumas injustiças da Grande BH, como em Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, enfim, cidades que têm muitas vilas e favelas e que passam por momentos de extrema necessidade. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha* - Agradeço o aparte do ilustre Deputado Dinis Pinheiro e, desde já, comprometo-me a estar com V. Exa. nessa luta pela redistribuição do ICMS.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)* - Nobre Deputado Márcio Cunha, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Esse é um assunto da maior importância para os moradores da região metropolitana. Resido em Belo Horizonte há bastante tempo, sou de Lagoa Santa e conheço profundamente os problemas da região metropolitana. Não entendemos como pode haver esse tipo de discriminação. Qual é a diferença da Região Metropolitana de São Paulo para a de Belo Horizonte, que tem os mesmos problemas ou talvez maiores problemas?

É muito oportuno o seu requerimento, e gostaria de pedir ao Presidente desta Casa que dê uma resposta o mais rápido possível, para que nós, que representamos a região metropolitana, possamos participar dessa comissão e ir a Brasília a fim de reivindicar a inclusão da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Queremos cumprimentar também o Deputado Dinis Pinheiro pelo pronunciamento. É preciso constituir, com urgência, uma comissão para analisar o ICMS das cidades da região metropolitana, que é uma região que apresenta um crescimento muito grande, principalmente nessas áreas desprovidas de urbanização. Portanto, é importante a presença dessa comissão para examinar esse assunto. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha* - Nobre Deputado Fábio Avelar, agradeço o aparte.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz a esta tribuna na tarde de hoje é a questão do Presidente do Senado, Jáder Barbalho, que acumula a Presidência do nosso partido. Sou um dos fundadores do PMDB de Belo Horizonte e estou nesse partido desde então - desde que, em 1980, fizemos a fusão do PP com o MDB.

Devo dizer - e tenho certeza e autoridade para isso, como um dos fundadores do partido - que já passou da hora de Jáder Barbalho abrir mão da Presidência do nosso partido. Mais que isso, acho que o Congresso Nacional tem toda a obrigação com a opinião pública. É evidente que muitos querem, de certa forma, escamotear o que está acontecendo, dizendo que um ou outro partido tem mais interesses eleitorais que o de puramente exigir explicação quanto a essas denúncias. A bem da verdade, a população brasileira sabe que, infelizmente, a corrupção do Governo Federal é imensa e é um fato comprovável e incontestável. Portanto, a sociedade brasileira exige que a CPI da Corrupção seja instaurada.

Tenho feito contatos com os nossos Deputados Federais do PMDB e pedido que não deixem de assinar essa CPI. Ontem, a Deputada Federal Maria Elvira, em vista de ter disputado as eleições em Belo Horizonte, solicitou licença sem remuneração para descansar, mas fez questão de ir a Brasília para assinar o pedido dessa CPI. Tenho certeza de que toda a Bancada do PMDB na Casa deseja que a CPI da Corrupção seja criada, para que o País tenha transparência com relação a essas questões.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/4/2001, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.603, de 1999, 2.008, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Álvaro Antônio

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 20/4/2001, que nomeou Gerson de Castro Filho para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Marco Túlio Teixeira Dias para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Tadeu Leite

exonerando Cristiana Pereira Carneiro Vasconcelos do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando Hye Ribeiro Pires do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Cristiana Pereira Carneiro Vasconcelos para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Tito Guimarães para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Marco Túlio Teixeira Dias do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 3ª Secretaria;

nomeando Gerson de Castro Filho para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 3ª Secretaria.

Objeto: aquisição de 10 microfones marca Leson, modelo SM-58 – Licitante vencedora: A Serenata Ltda.

ERRATA

ATA DA 232ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 18/4/2001

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/4/2001, na pág. 20, col. 1, sob o título "REQUERIMENTOS", substituíam-se os resumos dos Requerimentos nºs 2.131 e 2.132/2001, do Deputado Miguel Martini, pelos que se seguem.

"Nº 2.131/2001, do Deputado Miguel Martini, solicitando seja enviado ao Presidente da COPASA-MG pedido de informações a respeito dos índices de aumento de tarifas nos exercícios de 2000 e 2001, incluindo-se planilhas de estudos prévios e justificativas.

Nº 2.132/2001, do Deputado Miguel Martini, solicitando seja enviado ao Presidente da CEMIG pedido de informações a respeito dos índices de aumento de tarifas nos exercícios de 2000 e 2001, incluindo-se planilhas de estudos prévios e justificativas. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia."